



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXVIII — Nº 1

SEXTA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 1973

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

ATA DA 1.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 1.º DE MARÇO DE 1973

Destinada à solenidade de Instalação
da 3.ª Sessão Legislativa Ordinária
da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. FILINTO MÜLLER

As 15 horas, acham-se presentes
os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guiomard
— Geraldo Mesquita — Flávio Brito
— José Lindoso — José Esteves
— Geraldo Mesquita — Flávio Britto
— Renato Franco — Alexandre Costa
— Clodomir Milet — José Sarney
— Fausto Castelo-Branco — Petrônio
Portella — Helvídio Nunes — Virgílio
Távora — Waldemar Alcântara
— Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz
— Duarte Filho — Jessé Freire
— Domicio Gondim — Milton Cabral
— Ruy Carneiro — João Cleofas
— Paulo Guerra — Wilson Campos
— Arnon de Mello — Luiz Cavalcante
— Augusto Franco — Leandro Maciel
— Lourival Baptista — Antônio Fernandes
— Heitor Dias — Ruy Santos
— Carlos Lindenbergs — Eurico Rezende
— João Calmon — Amaral Peixoto
— Paulo Torres — Vasconcelos Torres
— Benjamin Farah — Danton Jobim
— Nelson Carneiro — José Augusto
— Magalhães Pinto — Carvalho Pinto
— Franco Montoro — Orlando Zancaner
— Benedito Ferreira — Ermival Caiado
— Osires Teixeira — Fernando Corrêa —
Filinto Müller — Saldanha Derzi — Accioly
Filho — Mattos Leão — Ney Braga
— Antônio Carlos — Celso Ramos —
Leônir Vargas — Daniel Krieger —
Guilherme Mondin — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Joaquim Macedo — ARENA; Nossa
Senhora Almeida — ARENA; Ruy Lino —
MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo
Peres — ARENA; Raimundo Parente
— ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Édison
Bonna — ARENA; Gabriel Hermes —
ARENA; João Menezes — MDB; Ju-
lio Viveiro — MDB; Juvêncio Dias —
ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eu-
rico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz —
MDB; Henrique de La Rocque —
ARENA; João Castelo — ARENA; Nu-
nés Freire — ARENA; Pires Sabóia —
ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Heitor Ca-
valcanti — ARENA; Milton Brandão —
ARENA; Paulo Ferraz — ARENA;
Pinheiro Machado — ARENA; Severo
Eulálio — MDB; Sousa Santos —
ARENA.

Ceará

Alvaro Lins — MDB; Edilson Melo
Távora — ARENA; Ernesto Valente —
ARENA; Flávio Marcilio — ARENA;
Furtado Leite — ARENA; Hilde-
brando Guimarães — ARENA; Januário
Feitosa — ARENA; Jonas Car-
los — ARENA; Leão Sampaio — ARENA;
Manoel Rodrigues — ARENA;
Marcelo Linhares — ARENA; Osires
Pontes — MDB; Ossian Araripe —
ARENA; Paes de Andrade — MDB;
Parsifal Barroso — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma
Marinho — ARENA; Grimaldi Ri-
beiro — ARENA; Henrique Eduardo
Alves — MDB; Pedro Lucena —
MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Alvaro Gaudêncio — ARENA; An-
tônio Mariz — ARENA; Cláudio Lei-

te — ARENA; Janduhy Carneiro —
MDB; Marcondes Gadelha — MDB;
Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio
Neto — ARENA; Wilson Braga —
ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon
Rios — ARENA; Carlos Alberto Oli-
veira — ARENA; Etilvino Lins —
ARENA; Fernando Lyra — MDB; Ge-
raldo Guedes — ARENA; Gonzaga
Vasconcelos — ARENA; Joaquim
Coutinho — ARENA; Josias Leite —
ARENA; Lins e Silva — ARENA; Ma-
galhães Melo — ARENA; Marco Ma-
ciel — ARENA; Marcos Freire —
MDB; Ricardo Fiúza — ARENA; Tha-
les Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José
Alves — ARENA; José Sampaio —
ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francis-
co Rollemberg — ARENA; Luiz Gar-
cia — ARENA; Passos Porto — ARE-
NA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo
Flôres — ARENA; Fernando Maga-
lhães — ARFNA; Francisco Pinto —
MDB; Hanneium Dantas — ARE-
NA; Ivo Braga — ARENA; João Al-
ves — ARENA; João Borges — MDB;
José Penedo — ARENA; Lomanto Ju-
nior — ARENA; Luiz Braga — ARE-
NA; Manoel Novaes — ARENA; Necy
Novaes — ARENA; Ney Ferreira —
MDB; Odulfo Domingues — ARENA;
Prisco Viana — ARENA; Rogério Re-
go — ARENA; Ruy Bacelar — ARE-
NA; Theódulo de Albuquerque —
ARENA; Tourinho Dantas — ARE-
NA; Vasco Neto — ARENA; Wilson
Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Dirceu
Cardoso — MDB; Élcio Álvares —

E X P E D I E N T E
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIARIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

A S S I N A T U R A S

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

ARENA; José Carlos Fonseca — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Adolpho Oliveira — Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Moacir Chiesse — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Eurípides Cardoso de Menezes — ARENA; Flexa Ribeiro — ARENA; Flórim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelly Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Reynaldo Santana — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scarano — ARENA; Edgard Pereira — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonsêca — MDB; Fernando Fagundes Netto — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homeno Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARE-

NA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanah Coelho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sivaldo Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Arthur Fonsêca — ARENA; Athié Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Baptista Ramos — ARENA; Bezzera de Mello — ARENA; Braz Nogueira — ARENA; Cantidio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ildeó Martins — ARENA; Italo Fittipaldi — ARENA; João Arruada — MDB; José Camargo — MDB; Mário Telles — ARENA; Mauricio Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Pacheco Chaves — MDB; Paulo Alberto — ARENA; Pereira Lopes — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Salles Filho — ARENA; Silvio Lopes — ARENA; Sylvio Venturolli — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasílio Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; Jar-

mund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ardinal Ribas — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Emílio Gomes — ARENA; Fernando Gama — MDB; Ferreira do Amaral — ARENA; Flávio Giovine — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; José Carlos Leprevost — ARENA; Maia Netto — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Túlio Vargas — ARENA; Zacharias Seleme — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Cesar Nascimento — MDB; Dib Chelem — ARENA; Francisco Grillo — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Wilmári Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaral de Sousa — ARENA; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Arnaldo Prieto — ARENA; Célio Marques Fernandes —

ARENA: Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Helbert dos Santos — ARENA; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Sinval Guazelli — ARENA; Vasco Amaro — ARENA; Victor Issler — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

Compõem a Mesa, à direita do Senhor Presidente, o Senhor Deputado Flávio Marcílio, Presidente da Câmara dos Deputados, e os Senhores Senadores Ruy Santos e Milton Cabral respectivamente, 1º e 3º Secretários; à esquerda, os Senhores Senadores Augusto Franco e Benedito Ferreira, respectivamente, 2º e 4º Secretários.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Está aberta a sessão. Tenho a honra de convidar Sua Excelência o Senhor Ministro Eloy José da Rocha, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a tomar assento à Mesa. (Palmas.)

O Senhor Ministro Eloy José da Rocha toma assento à Mesa, à esquerda do Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Declaro instalada a 3.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura.

É executado o Hino Nacional nas Galerias. A tropa no exterior presta as continências de estilo. É hasteada a Bandeira Nacional nos mastros das duas Casas do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Encontra-se na Casa o Sr. Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República, portador da Mensagem Presidencial. Solicito aos Srs. Primeiro e Segundo Secretários da Câmara e aos Srs. Líderes de ambas as Casas que introduzam S. Ex.^a neste recinto. (Pausa.)

Acompanhado da Comissão designada, dá entrada no recinto o Senhor Professor Leitão de Abreu, que jaz a entrega da Mensagem Presidencial, indo em seguida ocupar o lugar reservado a Sua Excelência no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Exm.^o Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal. Exm.^o Sr. Ministro Extraordinário para os Assuntos da Casa Civil, Exm.^os Srs.

Ministros de Estado, Exm.^os Srs. Embaixadores, Exm.^{as} autoridades militares e civis, Srs. Congressistas, mesas Senhoras, meus Senhores, a sessão legislativa que hoje se inicia reveste-se de importância trancendental e nos reserva tarefas de inegável repercussão na vida nacional, que representam novo desafio à nossa vocação de homens públicos. Desafio que devemos aceitar como renovação de oportunidade de servir ao País e demonstrar a eficácia do Congresso como instituição insubstituível dentro do sistema democrático em que vivemos.

O calendário político deste e do próximo ano impõe deliberações que deveremos tomar sobre problemas de alta relevância.

Com a nítida compreensão das nossas responsabilidades e com o conhecimento que tenho da inteligência, do elevado espírito público, da experiência política e do patriotismo dos homens que aqui se reúnem a serviço da Pátria não vacilo em afirmar — e o faço com inabalável convicção — que saheremos deliberar com acerto e firmeza, de modo a assegurar ao povo brasileiro a continuidade do ambiente de paz e de ordem que tanto tem favorecido o trabalho construtivo em favor da prosperidade do bem-estar, da felicidade a que ele aspira e a que tem direito. Vale dizer, estamos aptos a assegurar a continuidade da extraordinária iniciada em 1964 e que se vem desenvolvendo com acerto e com o aplauso do povo, tanto no campo político-institucional como no econômico e social.

E, pois, com fé e confiança no que vamos realizar e com firmeza diante dos desafios que o momento nacional nos oferece, que saúdo os nobres Srs. Congressistas — Deputados e Senadores — aos quais confesso o meu envaidecimento por ser convocado a ocupar a Presidência do Congresso Nacional em ocasião tão importante para a Nação e suas instituições políticas. Proclamo minha decisão de tudo fazer, não medindo sacrifícios, para o fiel cumprimento da alta missão que me foi atribuída pela livre vontade dos meus ilustres pares, a que se juntou a honrosa confiança do Exm.^o Sr. Presidente da República.

Para tanto, estou certo de contar com a colaboração de todos os congressistas, aos quais não faltam atributos de inteligência e de cultura, integridade moral e patriotismo.

A Câmara dos Deputados, renovada em mais de 50% de suas bancadas nas eleições de 1970, é constituída por um grupo seletivo de valores que honram o Poder Legislativo, para cujos trabalhos contribuem com a larga experiência, que para cá trouxeram, adquirida nas cátedras das Universidades, no exercício de funções executivas,

tanto no setor público como nas atividades privadas, notadamente ex-Governadores, ex-Ministros, educadores, técnicos, todos dotados de grande potencial de entusiasmo, de profundo sentimento cívico e de incontido desejo de servir à Pátria.

O último pleito trouxe para a Câmara dos Deputados uma pléiade de jovens e valorosos Deputados, todos altamente qualificados, e que aqui, no trabalho diuturno, no estudo dos projetos, nos debates das Comissões Técnicas e do Plenário somam o seu idealismo e o seu esforço aos dos veteranos da Casa, ampliam seus conhecimentos e aperfeiçoam suas condições de trabalho com as lições do saber e da experiência dos mais velhos.

Assim, parece-me justo e oportuno proclamar que a renovação decorrente das eleições de 1970 produziu ótimos resultados e que a Câmara de hoje constitui um corpo harmônico, perfeitamente habilitado ao desempenho de suas funções e, sobretudo, sintonizado com o momento de transformações em que vivemos no Brasil.

Quanto ao Senado, nunca será de mais destacar o excepcional valor de todos os seus membros, antigos e novos Senadores. Entre os seus integrantes, há vinte e um ex-Governadores de Estado e dez já foram Ministros. Outros exerceram altos cargos na administração pública ou se destacaram na atividade profissional privada. Dossos, assim, de tão ampla experiência, cultos, serenos, dotados de alto espírito público tantas vezes demonstrado, os Srs. Senadores dignificam a vida pública e honram as tradições do Congresso Nacional.

Feita essa digressão sobre o aspecto humano da nossa instituição, acredito oportuno pequeno comentário sobre as condições antes e hoje existentes no Congresso do ponto de vista de suas instalações. Não será exagero afirmar-se que as instalações do Palácio do Congresso, sob aspecto da funcionalidade, não correspondiam à majestade e à beleza do seu conjunto arquitetônico. Durante dez anos tivemos de enfrentar imensas dificuldades decorrentes de instalações improvisadas e deficientes que reduziam a produtividade dos nossos trabalhos.

Premidas por tais circunstâncias as administrações que se instalaram a partir da transferência do Congresso para Brasília se viram forçadas a adotar soluções provisórias, muitas delas mutiladoras das instalações originais, notadamente dos salões internos. De definitivo, mesmo, só o Anexo II da Câmara dos Deputados foi acrescido à primitiva construção.

As duas Mesas que hoje concluem seus mandatos — a da Câmara, presidida pelo Deputado Pereira Lopes, e a do Senado, dirigida pelo Senador

Petrônio Portella — realizaram obras indispensáveis ao aparelhamento das duas Casas do Congresso. Em ambas os Plenários foram reformados ganhando funcionalidade e beleza. A Câmara construiu novo anexo com gabinetes para 310 Deputados.

No Senado, com o dinamismo que caracteriza sua atuação, o Senador Petrônio Portella ampliou as instalações do Serviço Gráfico, dotando-o de máquinas de composição e de impressão das mais modernas; construiu o Anexo em que foram instaladas as Comissões Técnicas e os Gabinetes dos Srs. Senadores; iniciou as obras do novo Anexo e do Auditório com capacidade para seiscentas pessoas. Mas, de todas essas realizações materiais, destaca-se pela sua importância, pela dimensão que seguramente dará não apenas ao Senado, mas ao Congresso, pela sua projeção para o futuro, a criação e a instalação do PRODASEN, com todo o seu complexo de computadores, já em funcionamento.

Ao lado dessas realizações de caráter material, Câmara e Senado procederam à reforma dos seus Regimentos Internos e Regulamento, ajustando-os a processos e normas modernas de administração.

Hoje, estamos aparelhados materialmente para o fiel desempenho de nossas relevantes missões. Competemos, agora, usar os instrumentos de que dispomos, atuando como organismo político que deve prestigiar-se perante a opinião pública pela eficiência, rapidez e segurança de suas decisões na discussão e votação de leis, pelo acerto e elevação dos debates sobre os problemas econômicos e sociais e bem assim pela impecável honestidade na fiscalização do Governo na gestão financeira dos serviços públicos, em uma palavra, pelo desempenho correto de nossas atribuições constitucionais.

A afirmativa feita com certa insistência de que "O Congresso está esvaziado nas suas atribuições", não corresponde à realidade. Houve, é certo, uma nova disciplina, reflexo de fenômeno universalmente observado nas funções de Poder. Ao lado das peculiares tarefas de elaboração legislativa deve o Congresso ser um **fórum** de debates dos problemas nacionais e um órgão de fiscalização de toda a atividade governamental.

Temos, portanto, relevantes atribuições e nos cabe papel insubstituível na vida nacional.

Reafirma-se, ainda, o prestígio do Poder Legislativo pela dignidade no exercício do mandato. Felizmente essa tem sido a norma de atuação do nosso Congresso, que mantém bem altas as tradições do Poder que encarna e representa.

Srs. Congressistas, a exemplo do que ocorreu nos dois primeiros anos desta legislatura, quando discutimos e votamos importantes proposições, dentre as quais se destacam a reforma da ensino, a extensão da legislação social aos trabalhadoras do campo, o amparo ao empregado doméstico, as reformas dos Códigos de Processo Civil e de Propriedade Industrial, a Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, a reforma do Plano Nacional de Habitação, teremos sob nosso exame este ano matérias de grande importância, muitas delas de iniciativa do Congresso, como a legislação complementar da Constituição.

No âmbito partidário realizam-se estudos visando a atualização da legislação eleitoral, dispersa e defasada, como, aliás, acabou de reconhecer o Ministro Djaci Falcão no substancial Relatório que apresentou ao deixar a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral e o Ministro Barros Monteiro, no importante discurso pronunciado ao assumir aquela Presidência.

Os projetos em exame serão encaminhados ainda este ano ao Congresso. Além disso, Comissão Especial de Deputados está procedendo a completo levantamento e estudo de Leis Complementares que deverão ser discutidas e votadas, dentre as quais destaca a que regulará a organização do colégio eleitoral que elegerá o Presidente da República.

O simples enunciado desse elenco de projetos dá a medida da grandeza do trabalho legislativo que temos pela frente.

No Brasil, estamos construindo para o futuro, com clarividência, decisão e vigor. O desenvolvimento econômico conquistado pelos governos da Revolução, notadamente pelo do Presidente Médici, cujos frutos já se distribuem a número cada vez maior de patrícios nossos, já constitui patrimônio de que o nosso povo não abre mão.

Assim, aos entusiastas e aos homens de fé, que ajudam a construir, aos apressados sinceros, como aos pessimistas e aos que tudo negam, permito-me transmitir, para meditação, a seguinte advertência que ouvi de eminente jurista, não político, professor universitário:

"Nenhum arquiteto político será capaz de fazer a maquette da verdadeira democracia em uma fase de transição radical e violenta."

Continuemos, portanto, a construir, com decisão e realismo, o nosso futuro.

Compete-nos, como políticos, ajudar a consolidar, pelo ordenamento jurídico, as conquistas já alcançadas, para que não se percam e, ao contrário, se projetem no futuro. O ordenamento jurídico é tarefa política.

Como tal, aos políticos cabe realizá-lo, dentro da perfeita harmonia que há de constituir sempre a característica da ação dos Poderes. Do Congresso Nacional deve partir o exemplo dessa harmonia.

Hoje a Revolução brasileira está plenamente vitoriosa e alicerçada em êxitos abertamente reconhecidos dentro e fora do País. Não cabe, por isso, desconhecer sua irreversibilidade. Esse entendimento, convém destacar, exprime a vontade política da Nação, manifestada em várias oportunidades, inclusive em pleitos livres e democráticos.

Entendamo-nos, pois, acima dos sentimentos partidários, nesta tarefa comum, para somarmos inteligência e patriotismo na realização do trabalho — que compete a nós políticos — de promover a consolidação e aperfeiçoamento de nossas instituições.

Acentuou o eminente Presidente Médici em importante pronunciamento: "a segurança econômica e social reinantes no País, ambas em contínuo processo de robustecimento, contribuem, em grau considerável, para a segurança política que temos o privilégio de desfrutar". E ainda:

"Concorrem uma e outra, segurança econômica e segurança social, para a estabilidade do regime pela confiança que despertam na limpidez dos propósitos e na capacidade de ação dos homens que forjam a nova ordem político-social, que encamina o Brasil para o seu destino de prosperidade e grandeza."

Cabe-nos, pois, a união na defesa e na sustentação das instituições políticas fundamentais, embora mantidas as diferenciações decorrentes de posições partidárias que se manifestam no apoio ou na oposição ao Governo, no julgar a sua obra ou na fiscalização da sua ação administrativa, na discussão e na votação da matéria do legislador ordinário.

Dessa maneira, Srs. Congressistas, agindo em consonância com estes princípios, estaremos cumprindo fielmente o nosso dever e correspondendo à confiança que o povo deposita em nós.

Srs. Congressistas:

"Estremeci a Pátria, vivi no trabalho e não perdi o ideal."

Estas palavras, síntese de uma grande vida, foram proferidas — faz agora setenta anos — pela voz imortal de Ruy Barbosa, paladino da Lei, do Direito e da Justiça, no magistral discurso do Colégio Anchieta, em Nova Friburgo.

Por uma coincidência, para nós muito significativa, transcorre hoje o quinquagésimo aniversário da mor-

te de Ruy Barbosa e a Nação inteira se descobre reverente diante de seu vulto, recordando-lhe a grandeza moral, as virtudes cívicas, a fidelidade às normas democráticas.

Sob o signo sempre radioso de seu patriotismo, de seu espírito de luta, de sua intransigência na defesa do bem comum do País e do povo, iniciemos hoje a nossa jornada, confiantes em que, ao término dela, possa cada um de nós repetir, no íntimo do coração, de consciência tranquila, o belo e nobre lema de Ruy Barbosa: "Estremeci a Pátria, vivi no trabalho e não perdi o ideal." (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — O Sr. Primeiro-Secretário irá proceder à leitura da Mensagem Presidencial.

É lida a seguinte:

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Senhores Membros do Congresso Nacional:

A nova sessão legislativa, que hoje se inaugura, encontra a comunidade brasileira entregue a intenso labor produtivo, graças ao qual se registram, no País, índices de crescimento, que lhe conferem posição singular entre as demais nações.

A expansão da economia é fruto, em grande parte, da unidade de objetivos e da eficiência dos métodos com que a administração coordena e encoraja, segundo processos modernos, os agentes da produção. O estímulo que se confere à criação de riqueza não significa, todavia, erigir-se o econômico em objetivo dominante ou exclusivo da atividade governamental. No incremento da economia vé o poder público, tão-somente, fórmula indispensável para romper as barreiras que dificultam o progresso social.

Procura-se, por isso mesmo, conciliar o crescimento com as exigências do bem coletivo, colocando-se o progresso econômico a serviço do desenvolvimento social do País. Canalizam-se, por conseguinte, recursos financeiros, em proporções consideráveis, para empreendimentos que objetivam a proteção de interesses humanos, interesses de natureza predominantemente qualitativa, quais os que concernem à melhoria das condições de vida e à promoção, em grau crescente, de impreterível e efetiva justiça social.

Quer pelos programas de educação, por via dos quais se implanta, progressivamente, a democratização das oportunidades, quer pelos programas habitacionais, de saúde, de distribuição de medicamentos, de assistência alimentar, de habitação, de saneamento, de assistência social, nela compreendida a que se proporciona

ao trabalhador rural, quer, ainda, pelos programas de formação do patrimônio do servidor público, de integração dos empregados privados no desenvolvimento das empresas, de distribuição de terras, de tutela ao pequeno produtor, por meio de todas e cada uma dessas iniciativas, persegue-se fim comum, que consiste em colocar ao alcance de cada brasileiro os meios materiais e espirituais de que há mister para realizar as suas aspirações.

Além de elevar-se, por essa forma, paulatinamente, o padrão de vida, valoriza-se ao mesmo tempo o homem, que é preparado, assim, seja para manter o ritmo de desenvolvimento, ora vigente, seja para enfrentar encargos mais difíceis, impostos por uma sociedade que se torna dia a dia mais complexa.

A par dos programas pelos quais se melhoraram as condições de vida, desencadeia-se vigorosa campanha no sentido de atenuar ainda mais a pressão inflacionária e reduzir, desse modo, mais sensivelmente, o encarecimento das utilidades.

Os dados relativos à evolução da economia brasileira demonstram, cabalmente, que a luta antiinflacionária, dentro dos critérios de prudência e objetividade com que está sendo conduzida, não ocasionará embaraço ou estorvo à continuidade do desenvolvimento, cujas taxas, a manter-se o quadro atual, não correrão risco de abatimento.

Lançado recentemente o Programa de Vias Expressas, para solver problemas de trânsito, já angustiosos, em nossas maiores cidades, instituiu-se, pouco depois, amplo programa de habitação popular, a fim de facilitar-se a aquisição de casa própria por parte daqueles que, vivendo em grandes concentrações urbanas, possuem nível de renda entre um e três salários-mínimos mensais. Com o mesmo objetivo, ou seja, com o fim de humanizar a vida em nossas metrópoles, dotando-as de meios racionais para superar os inconvenientes oriundos do seu incoercível gigantismo, serão encaminhados, dentro em breve, à alta consideração de V. Ex.^{as} projetos de lei complementares que, nos termos de preceito constitucional, estabelecerão, para a realização de serviços comuns, regiões metropolitanas, constituídas por municípios que, independente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade sócio-económica.

Ao egrégio Congresso Nacional serão solicitadas, proximamente, outras providências legislativas, de caráter relevante, sobre numerosos temas, entre os quais o que entende com o imperativo de ajustar a função pública

às exigências de administração moderna e eficiente.

Será remetido, também, oportunamente, ao Corpo Legislativo, projeto de lei complementar, para regular, em obediência ao artigo 74, § 3º, da Constituição, a composição e o funcionamento do colégio eleitoral, incumbido de eleger o Presidente da República. Segundo o disposto no artigo 75, também da nossa Carta Política, o colégio eleitoral reunir-se-á na sede do Congresso Nacional, a 15 de janeiro do ano em que findar o mandato presidencial. Haverá, assim, na segunda metade deste ano, tempo suficiente para que se suscite a questão sucessória e se lhe encaminhe a necessária solução.

Para desempenho das graves responsabilidades do meu cargo, estou certo de que posso contar este ano, tal como aconteceu nas sessões legislativas anteriores, com o discernimento e espírito público demonstrados por Vossas Excelências na cooperação prestada à gestão dos interesses do País.

Brasília, 1º de março de 1973. —
Emílio Garrastazu Médici.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os resultados da economia brasileira, em 1972, evidenciam não apenas o cumprimento das metas gerais estabelecidas na programação do Governo, mas ainda a superação de todas elas, em termos globais.

Dentre outras realizações, importa destacar a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto — PIB de 10,4%; — o nível de exportações totais, da ordem de quase quatro bilhões de dólares e aumento das reservas externas acima desse total — a contenção substancial da inflação, com aumento de apenas 14% no índice de custo de vida, na Guanabara, contra 18,1% em 1971; — o déficit de caixa do Tesouro em torno de 500 milhões de cruzeiros, integralmente financiado sem recurso a emissões, e representando cerca de 0,2% do PIB.

Com isso, o Brasil realizou, pelo quinto ano consecutivo, crescimento superior a 9%. Não fora a ocorrência de fenômenos climáticos que prejudicaram as safras do café e do trigo, o aumento do Produto Interno Bruto teria sido de 11,4%.

Quanto à absorção de mão-de-obra, o índice de emprego para a indústria de transformação registra taxa de crescimento da ordem de 5%, não obstante o Plano Nacional de Desenvolvimento estabelecer a meta de 3,5% para esse crescimento no período 1970/1974.

Em termos médios, as melhorias salariais variaram, ao longo do ano, entre 22% e 19%, em níveis bastante

superiores, portanto, ao aumento do custo de vida.

No setor externo, as estimativas indicam superavit de 2 bilhões e 400 milhões de dólares no balanço de pagamentos. As exportações totais alcançaram quase US\$ 4 bilhões, e a de produtos industrializados, cerca de US\$ 1,2 bilhão, o que representa aumentos da ordem de 37% e 45%, respectivamente, em comparação com o ano de 1971. As importações totais situaram-se em US\$ 4,2 bilhões.

A taxa de elevação do índice geral de preços situou-se em 15,7% em 1972, enquanto a verificada em 1971, foi de 19,5%.

Até o inicio de dezembro, a receita atingiu Cr\$ 35.058 milhões, dos quais cerca de 2/3 se referiram aos impostos de renda e sobre produtos industrializados. Em relação ao mesmo período de 1971, houve um aumento, em termos reais, de 31,3%, devido exclusivamente à expansão da base fiscal e melhoria do aparelho arrecadador, pois não houve aumento de alíquotas.

Igualmente até o inicio de dezembro, a despesa, num montante de Cr\$ 32.782 milhões, cresceu 22,8%, em termos reais, no período considerado. É significativo assinalar que em sua execução, mais uma vez, não houve contenções ou retardamento na entrega das quotas.

O desenvolvimento brasileiro vem se operando com base, principalmente, numa economia moderna e na arancada para o desbravamento da Amazônia e o fortalecimento do polo econômico do Nordeste.

Cabe ressaltar que a evolução do setor industrial foi orientada por um conjunto de medidas entre as quais se destacam as destinadas a expandir o mercado interno e promover as exportações, sem descurar da política de modernização e reorganização industrial.

O acréscimo da produção industrial foi particularmente expressivo nos ramos: Mecânica, Material de Transporte, Material Elétrico e de Comunicações.

A eficácia das diretrizes adotadas na conquista do mercado externo se traduziu no aumento de 45% das exportações de produtos industrializados.

Revestiu-se de particular significado para a política industrial, quer a recente criação do Programa Especial de Aporte Financeiro às Indústrias de Base do Nordeste, quer a instituição do Programa Especial de apoio aos fabricantes nacionais de bens de capital sob encomenda.

Na área dos investimentos industriais, em 1972, foram aprovados, no Conselho de Desenvolvimento Indus-

trial, 1.184 projetos, estimando-se investimentos da ordem de Cr\$ 14,4 bilhões, o que corresponde a um crescimento real de 162% em relação às inversões previstas nos projetos aprovados em 1971.

Relativamente aos Corredores de Exportação, o Governo definiu — em março de 1972 — a primeira fase do programa, permitindo o imediato desenvolvimento dos projetos nela relacionados e a preparação de estudos complementares para identificar pontos de estrangulamento das futuras exportações.

Em outubro de 1972, aprovou-se a segunda fase da programação, englobando projetos de silos intermediários, projetos ferroviários de retificações, construção de novas variantes, melhoria das condições de tráfego, expansão da frota de vagões, projetos portuários de melhoramentos complementares de calas de acostamento, acréscimo da capacidade de armazenamento de cereais, sucos, fertilizantes e carga geral, bem como obras de acesso a zonas portuárias. Estes projetos alcançam investimentos superiores a Cr\$ 2.300 milhões, e permitirão expressivos melhoramentos na infra-estrutura básica de quatro Corredores: Rio Grande, Paranaguá, Santos e Vitória.

A execução do programa Corredores de Exportação possibilitará ao País a movimentação de grandes massas de produção agrícola voltada para a exportação, bem como carnes, "pellets", sucos cítricos, tortas e óleos, com vistas a garantir as divisas adicionais necessárias à manutenção da taxa desejável de crescimento da economia brasileira.

No que se refere à Amazônia, destacam-se, no conjunto do Programa de Integração Nacional — PIN:

— a construção da Rodovia Transamazônica em ritmo intensivo, o que permitiu a inauguração do segmento Altamira-Itaituba, assegurando continuidade de tráfego a um trecho de 1.254 km. Quanto à Cuiabá-Santarm, cerca de 240 km foram implantados;

— o sentido integrador do sistema rodoviário propiciado à região amazônica pelo PIN, a complementar-se com a construção da Perimetral Norte, desde a orla atlântica, em Macapá, até à fronteira com o Peru, em Benjamin Constant;

— a disponibilidade e utilização de imagens na escala de 1.250.000 das pelo PROJETO RADAM, para fins que vão desde a mineração até o planejamento urbano. O projeto já abrangeu uma área de 4.600.000 km².

— a identificação de novas áreas mineralizáveis, bem como a primei-

ra medição de algumas ocorrências vultosas, de bauxita, ferro, molibdênio, caumim, zinco, prata, chumbo, diamante industrial, e jazidas de sal-gema;

— a programação específica para cada um dos sete núcleos urbanos selecionados — Santarém, Altamira, Marabá, Itaituba, Humaitá, Imperatriz e Picos — partindo do levantamento direto das condições locais;

— a intensificação das atividades da Fundação Serviços de Saúde Pública com o objetivo de promover a saúde, prevenir, diagnosticar e tratar as doenças, em especial o controle das transmissíveis, além da assistência médico-cirúrgica à criança, à gestante e ao adulto, construindo-se, recuperando-se, reequipando-se e ampliando as Unidades Básicas de Saúde;

— os trabalhos de medicina preventiva, em parte contemplados no Programa do Trópico Úmido, e o projeto do Centro de Patologia Tropical, a ser instalado no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Objetiva-se, por intermédio daquele Programa, fortalecer as pesquisas na região e, sobretudo, conferir-lhes nova dimensão e sentido de organicidade, abrangendo novos campos de investigação, especialmente dedicados aos problemas de Integração Nacional.

No tocante ao Nordeste, aspecto de maior significação foi o substancial aumento do volume de incentivos fiscais canalizados para a região. Em termos absolutos, os montantes foram de Cr\$ 1.554 milhões em 1972, e Cr\$ 1.041 no ano anterior.

Definiram-se os principais instrumentos de execução do PROTERRA, selecionando-se as primeiras sub-regiões nos Estados da Paraíba, Pernambuco e Ceará, para implantar os projetos de redistribuição de terras, com vistas a melhor aproveitar as terras agricultáveis, em benefício de maior número de agricultores.

Alcançou grande expansão o programa de crédito rural no Nordeste, com o objetivo de promover a utilização de insumos modernos na agricultura e desenvolver agroindústrias. O saldo das aplicações de crédito do PROTERRA alcançou Cr\$ 1,2 bilhão.

Desenvolveram-se ainda diversas atividades nas áreas de pesquisas agropecuárias e assistência técnica; fomento de oleaginosas, difusão de fertilizantes, extensão pesqueira, armazenagem, ações discriminatórias de terras e defesa sanitária.

Nos projetos do PROVALE foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 200 milhões: na construção de rodovias, na melhoria das condições de navegabilidade do rio São Francisco e

expansão da frota fluvial; nos programas de colonização e irrigação.

Merecem registro as realizações do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste — PRODOESTE, compreendendo projetos de construção de rodovias, da rede de armazéns e silos, e de obras de saneamento geral. Para esse Programa, os recursos consignados, em 1972, ascenderam a Cr\$ 190 milhões.

Os dispêndios federais em Educação totalizaram Cr\$ 2.987 milhões, o que representa acréscimo de quase 20%, em termos reais, relativamente a 1971.

Na área de integração social, foram expressivos os aumentos dos saldos dos depósitos relativos ao PIS e ao PASEP, que evoluíram de Cr\$ 540 milhões, em 1971, para Cr\$ 2.435 milhões em 1972 (351%), e os do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, de Cr\$ 9.813 milhões para Cr\$ 14.770 milhões (50%).

Na área da Administração de Pessoal, logrou-se o cumprimento de relevantes projetos: Classificação e Reatribuição de Cargos; Recrutamento e Seleção; Treinamento e Aperfeiçoamento; Cadastro e Lotação.

Com referência ao primeiro, estruturaram-se os Grupos Direção e Assessoramento Superiores, Diplomacia e Serviços Auxiliares, fixando-se, paralelamente, os respectivos planos de retribuição, consignando vencimentos condizentes com a natureza e o grau de responsabilidade de cada uma das mencionadas atividades.

No que diz respeito a Recrutamento e Seleção, realizaram-se estudos tendentes à adoção de processo seletivo adequado, que permita a inclusão, no novo plano, dos funcionários mais qualificados, eliminando-se critérios meramente subjetivos e empíricos que, até então, nortearam o enquadramento de pessoal.

No campo do treinamento, objetivou-se a montagem do respectivo subsistema, visando propiciar ao funcionalismo condições de atualização e conhecimento de novas técnicas no âmbito da Administração geral e específica.

Destacam-se ainda as providências que vêm sendo adotadas com vistas à formação e ao aprimoramento do corpo de dirigentes e assessores de alto nível, missão esta atribuída ao Centro de Aperfeiçoamento, órgão vinculado ao Departamento Administrativo do Pessoal Civil, cujos projetos de construção de sede própria e de instalação já se encontram em desenvolvimento.

No controle dos quadros de pessoal e das respectivas lotações, bem como na atualização de elementos informativos e dos custos de projetos relativos

a pessoal, começam a ser utilizadas as modernas técnicas de processamento de dados.

Concretizou-se, em 1972, o duplo propósito de valorizar o servidor e aparelhar a Administração dos recursos humanos adequadamente qualificados para o desempenho das relevantes funções reclamadas pelo desenvolvimento tecnológico do País.

No âmbito da assistência farmacêutica às classes de reduzido poder aquisitivo, fixou-se, por intermédio da Central de Medicamentos — CEME, o contingente populacional a ser beneficiado, estabeleceram-se as prioridades para o atendimento, e identificaram-se as doenças de maior prevalência nos estratos populacionais considerados.

Conclui-se, além disso, o Plano-Diretor da CEME, no qual se formulam as políticas e diretrizes de atuação do órgão, com o apoio de várias instituições e o concurso de especialistas nas áreas de epidemiologia, saúde pública, administração de saúde, estatística, planejamento e administração.

Elaborado o Plano de Produção, registraram-se os nomes padronizados para os produtos da CEME, licenciou-se a sua distribuição e eventual comercialização, e deflagrou-se o processo de produção, em cujo sistema se integraram 13 laboratórios oficiais, e se aplicaram, no exercício, Cr\$ 35.223.666,00.

Além das Secretarias de Saúde, órgãos federais efetuam a distribuição dos produtos da CEME, tais como o Ministério da Saúde, o IPASE, o INCRA, os Ministérios Militares e o Ministério do Interior.

Já se fazem sentir os resultados imediatos da programação da CEME em todos os Estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, cujos municípios, em sua maioria, já estão recebendo medicamentos através das unidades de saúde diretamente subordinadas aos governos estaduais e de outras instituições públicas e benéficas, prestadoras de serviços de saúde, que se vincularam ao sistema.

Índice Geral de Preços

1971 1972

Indústria	11,2	13,9
Comércio	13,0	11,6
Transporte e Comunicações	8,4	8,1
Agricultura	11,4	4,1

A obtida na agricultura prende-se, principalmente, à queda da safra de café, em consequência das geadas que atingiram os cafezais paranaenses, em julho de 1971, bem como às dificuldades enfrentadas pela cultura do trigo, cuja colheita se viu sensivelmente reduzida. A queda no ritmo de crescimento do setor primário foi, porém, plenamente compensada pela expansão dos setores secundário e terciário.

Os principais índices de preços revelam mais outro avanço no arrefecimento do processo inflacionário, como se observa no cotejo dos dados seguintes:

	1971	1972
Oferta Global	18,7%	16,8%
Disponibilidade Interna	19,5%	15,7%
Preço por Atacado		
Oferta Global	20,1%	17,7%
Disponibilidade Interna	21,4%	15,9%
Custo de Vida na Guanabara	19,8%	14,0%
Custo de Construção na Guanabara	12,6%	19,3%

A execução orçamentária do Tesouro registrou, em 1972, um déficit de 491 milhões de cruzeiros, contra

680 milhões de cruzeiros em 1971, ou seja, 0,17% do Produto Interno Bruto em 1972, contra 0,30% em 1971.

A redução do déficit a cifra inferior à programada (Cr\$ 760 milhões) prendeu-se ao aumento da receita sem qualquer elevação de alíquotas. Utilizando-se os tributos como instrumento de orientação da atividade econômica, concederam-se novos incentivos fiscais à exportação, e prorrogaram-se prazos de recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados para quase todos os setores industriais, proporcionando-se às empresas maior disponibilidade de capital de giro.

Desenvolveu-se considerável esforço, a fim de ampliar a exportação, especialmente na área dos produtos primários não tradicionais e na dos

manufaturados. Figuram entre as medidas adotadas: a institucionalização das "empresas comerciais exportadoras"; a criação da Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação — BEFIEX; a promulgação do Decreto-lei n.º 1.236, facultando a importação de conjuntos industriais completos já em funcionamento no país de origem e cuja produção se destine essencialmente ao mercado externo; e o início da implantação dos corredores de exportação.

O balanço de pagamento findou com um saldo positivo de dois e meio bilhões de dólares e se resume nas seguintes cifras:

	Milhões de dólares	1971	1972
Exportações — FOB	2.882	3.987	
Importações — FOB	3.245	4.220	
Transferências (líquido)	14	20	
Serviços (líquido)	— 958	— 1.293	
Transações Correntes (A+B+C+D)	— 1.307	— 1.506	
Movimentos de Capitais	1.846	3.707	
Erros e Omissões	— 9	298	
Saldo	530	2.499	

É de ressaltar-se o desempenho das exportações de produtos industrializados, cuja receita se elevou a 1 bilhão e 100 milhões de dólares, com um incremento de 38% sobre o total do ano anterior.

Gracas à expansão das exportações, que ultrapassaram, em mais de um bilhão de dólares, as de 1971, e ao saldo no movimento de capitais, foi-nos possível, mesmo diante de considerável ampliação das importações, aumentar nossas reservas internacionais para US\$ 4.2 bilhões, isto é, para valor superior ao dobro do registrado em fins do ano de 1971.

Firmou-se, assim, o crédito de nosso País nos grandes centros financeiros internacionais. Além do intenso fluxo de investimentos e financiamentos que vem chegando ao Brasil obteve plena aceitação o lançamento de títulos do Tesouro Nacional, na República Federal Alemã e nos Estados Unidos da América.

Outro resultado, atingido em 1972, foi a elevação do nível de poupança para cerca de 21% do produto interno bruto.

Finalmente, é de registrar-se que a taxa média de reajustamentos salariais foi de 21%, e, considerando a elevação em 14% do custo de vida, a taxa real de crescimento dos salários ascendeu aproximadamente a 7%. Esses resultados se fizeram acompanhar, além disso, da elevação de 4% no nível de emprego.

Transportes

A Política de Transportes concentrou-se em contribuir para assegurar o crescimento da economia do País. Empenhou-se na execução de uma infra-estrutura viária, capaz de garantir a ocupação de todo o território pátrio permitindo circular a produção e, consequentemente, exportá-la, além de integrar, efetivamente, novas áreas e atender às necessidades de Segurança Nacional.

Para isso, vem o Governo adotando providências complementares de planejamento e execução, que se incorporaram ao Plano Nacional de Desenvolvimento — PND, e ao Orçamento Pluriannual de Investimentos — OPI, para 1972/1974.

Criaram-se, então, programas especiais: Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste — PRODOESTE, Programa Especial para o Vale do São Francisco — PROVALE, Programa Especial de Vias Expressas — PROGRES e o Programa de Corredores de Exportação, e incluiu-se a Perimetral Norte no Plano de Integração Nacional — PIN.

Tais programas, somados aos do Plano Nacional de Desenvolvimento, darão ao País a infra-estrutura básica de transportes, de que necessita.

Os recursos que o Governo destinou ao Programa de Transportes resultaram em realizações as mais expressivas.

Com vistas a dinamizar o Grupo de Estudos para Integração da Política

de Transportes — GEIPOT, atribuíram-se-lhe funções específicas de coordenação das atividades de Planejamento do Programa de Transportes, de coordenação do Programa de Corredores de Exportação, e dos financiamentos destinados aos setores modais.

Concluiram-se, em 1972, os estudos de transporte fluvial nos rios da Bacia do Prata, integrando-o ao sistema viário terrestre, bem como o estudo de transportes nos Estados do Paraná e Santa Catarina — Planos-Diretores dos Portos Marítimos.

Encarou-se a recuperação da ferrovia dentro de nova concepção, tendo em vista os objetivos a serem alcançados a curto e médio prazos, em atendimento aos planos econômicos do Governo, nos quais se inclui o estímulo ao comércio exterior, não só para satisfazer a crescente demanda de produtos importados, mas para possibilitar a competição de produtos brasileiros no mercado internacional.

Inserem-se as estradas de ferro no contexto do Plano Nacional de Desenvolvimento, para o período 1972/1974, como elemento básico para execução do Programa Corredores de Transportes e de Exportação. Na realização deste Programa, funcionarão as ferrovias como canais de escoamento de grandes massas entre as áreas de produção e de consumo, bem como destes com portos e terminais.

Tem-se feito presente a ação do Governo nesse sentido, não somente no que tange à correção de traçados e reforços na via permanente, como na conclusão de ligações ferroviárias importantes, no contexto atual.

Providências adotadas em 1972, no sentido de maior agressividade comercial, geraram fatores preponderantes para que a Rede Ferroviária Federal S.A. — RFFSA atingisse a movimentação de 12,4 bilhões de t. km de carga geral, representando um aumento de 3,3%, em relação a 1971.

Dentre as obras concluídas, destacam-se, pela sua importância, a ligação Teresina-Oiticica, com 196 km de extensão; o acesso ao terminal aéreo do Porto de Recife; os melhoramentos dos pátios de Lapa, e de Santos; a conclusão do pátio de Engenheiro São Paulo; a ponte rodoviária sobre o Rio São Francisco, em Propriá-Colégio; a implantação do Controle de Tráfego Centralizado, no trecho Moji das Cruzes-Sébastião Gualberto; e o programa de telecomunicações da 13.ª Divisão Rio Grande do Sul.

Posssegue em ritmo satisfatório o Projeto do MBR — Minerações Brasileiras Reunidas, e ultima-se a implantação da mudança do Sistema de tração da Serra do Mar.

Remodelaram-se 1.820 km de linhas e erradicaram-se 411 km de ra-

mais antieconómicos. Entraram em operação 84 locomotivas e 1.472 vagões novos foram entregues ao tráfego. Acham-se encomendados, ainda, 1.142 vagões, 128 locomotivas e 12 automotrices.

Foram consideráveis os empreendimentos no setor de Portos e Vias Navegáveis, em 1972. Merece realce a implantação do Programa dos Corredores de Exportação, que compreende um conjunto de projetos integrados, desde as zonas de concentração da produção até os terminais marítimos. Com esse empreendimento, cresce a capacidade de armazenamento estático dos Portos de Santos, Paranaguá, Rio Grande e Vitória-Tubarão; modernizam-se os equipamentos especializados, nesses terminais; aumenta-se a velocidade de carregamento de navios; e torna-se possível a oneração de navios de mais de 45 mil TDW.

Realizaram-se obras de modernização e melhoramento nos portos organizados do País, e concluem-se, dentro do Programa de Integração Nacional, os portos fluviais de Itaituba, Santarém e de Altamira.

Somam-se, ainda, as obras concluídas em 1972: a Barragem Eclusada do Anel de Dom Marco, no rio Jacuí, no Estado do Rio Grande do Sul; 516 metros de cais acostável no Porto de Paranaguá, em prolongamento ao cais comercial; 840 metros de cais, para a profundidade de 11m, margem direito do Porto de Santos; Porto Fluvial de Imperatriz, na margem direita do rio Tocantins, Estado do Maranhão, em apoio às rodovias Transamazônica e a Belém-Brasília; mecanização de armazéns do Porto de Santos; redes elétricas dos Portos de Itaqui e Ilhéus; e ainda a entrega de 18 (dezoito) guindastes elétricos de pórtico, e uma draga, com capacidade nominal de 1.066m³ por hora.

O desempenho no setor rodoviário apresentou auspiciosos resultados como: a pavimentação de 3.750 km, onde se incluem 796 km de restauração completa de trechos; a implantação de 5.180 km de novas rodovias, e a construção de 9.763 km de obras de arte especiais. Em consequência, a rede rodoviária brasileira em tráfego apresenta um total de 1.225.932 km, dos quais estão pavimentados 57.080 km.

Acham-se em curso acelerado de execução as obras do PIN, PROTERRA, PRODOESTE e do PROVALE, bem como as providências efetivas destinadas a cumprir-se o Programa de Vias Expressas e da Perimetral Norte.

Dentre outras, foram entregues ao tráfego as seguintes obras, em 1972: Rodovia Transamazônica, trecho Estreito-Itaituba, com 1.254 km; Ponte sobre o rio São Francisco, ligando Propriá a Colégio, na BR-101, com a extensão de 842 m; Ponte Interna-

cional "Barão de Mauá", sobre o Rio Jaguarião, na BR-116, com a extensão de 330 metros; BR-285, Vacaíra-Carazinho, com 217 km; BR-135, Montes Claros-Belo Horizonte, com 168 km; BR-354, Patos de Minas-Estalagem, com 141 km; BR-230, Pombal-Entracamento BR-116, com 118 km; BR-365, Ituiutaba-Canal de São Simão, com 115 km; BR-470, Rio do Sul-Entracamento BR-116, com 91 km; BR-476, S. Mateus do Sul-União da Vitória, com 90 km; BR-153, Marília-Ourinhos, com 83 km; BR-101, João Neiva-Linhares, com 79 km; BR-040, Sete Lagoas-Belo Horizonte, com 66 km; BR-226, Santa Cruz-Currrais Novos, com 64 km; BR-318, Tabajá-Canoas, com 54 km; BR-153, Cachoeira do Sul-Entracamento BR-290, com 28 km; Contorno de Vitória; Contorno de Florianópolis.

As obras da Ponte Rio/Niterói desenvolvem-se dentro dos cronogramas estabelecidos, prevendo-se a conclusão das fundações em agosto de 1973, e a conclusão da superestrutura, no final do exercício.

Os montantes de frete, correspondentes aos primeiros nove meses de 1972, atingiram US\$ 650,3 milhões, tendo a bandeira brasileira participado com US\$ 282,9 milhões, que representam mais de 45% do total.

Em relação ao ano de 1971, a Frota Mercante Nacional teve um acréscimo de 121 embarcações e de 243.944 TPB.

Agricultura

As atividades na área da Agricultura seguiram a orientação do Plano Nacional de Desenvolvimento. Objetivou-se dar ao setor apoio técnico, financeiro e fiscal, capaz de promover a sua transformação tecnológica, realizar a expansão de áreas mediante projetos de colonização de grande magnitude, e facilitar o acesso à terra aos novos produtores agrícolas, especialmente no Norte e no Nordeste, bem como intensificar o uso dos fatores tradicionais de produção, e ainda melhorar o nível de vida do trabalhador rural.

Na região amazônica, a ação foi intensificada no Programa de Integração Nacional — PIN. Iniciou-se a produção econômica nos primeiros núcleos da Transamazônica, bem como a colonização pela iniciativa privada. Dos projetos de colonização que começaram a ser implantados no Território de Rondônia e Estado de Goiás, Maranhão e Para, dois deles entraram em funcionamento em 1972. Alcançou-se, no mesmo exercício, a meta prevista do assentamento de 6.000 famílias naquela área.

No que concerne ao Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste — PROTERRA, tiveram apoio os projetos que dizem respeito a pes-

quisa, extensão rural, armazenamento e tecnologia, e providenciou-se a redistribuição de terras em regiões prioritárias de Reforma Agrária. Aplicaram-se Cr\$ 45 milhões do Programa no apoio aos projetos. Desenvolveram-se os trabalhos com as principais culturas da região, momente algodão e oleaginosas. Intensificou-se a pesquisa sobre adubação e exploração racional de animais domésticos. Nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará, estabeleceu-se o mecanismo de aplicação do crédito fundiário e, a partir de janeiro de 1973, terão início as atividades de parcelamento, expropriação e financiamento de parcelas de terras dos latifúndios de área superior a 1.000 ha.

Dentro das atividades do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste — PRODOESTE, realizaram-se estudos indicativos da localização da rede regional de armazéns e silos, usinas de beneficiamento de algodão e arroz, e de frigoríficos. Apoiou-se a instalação de uma infra-estrutura mínima que permita ao setor rural responder eficazmente aos estímulos normais de mercado e aos incentivos relativamente bem sucedidos na região Centro-Sul. A intensificação da assistência técnica e a ampliação da pesquisa irão colaborar para que o programa alcance seus objetivos, nessa região, em prazo mais curto que no Norte e Nordeste.

Com relação ao Programa Especial para o Vale do São Francisco — PROVALE, destacaram-se o reflorestamento e proteção das nascentes dos rios em Minas Gerais e o apoio a projetos de colonização e irrigação. A alocação de recursos ao governo de Minas Gerais, para implementação do PLANOROESTE, possibilitará a expansão da fronteira econômica, de extensa área, na região São Franciscana, e a criação de novos empregos e alternativas de investimento. A integração dos órgãos de Assistência Técnica com as atividades de irrigação, desenvolvidas pela Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, possibilitará sejam atenuados os custos dos projetos de irrigação e se estabeleça, na região, uma agricultura com altos retornos por unidade de área. Prevê-se também a produção de bens de grande elasticidade de renda e o surgimento de atividades fabris voltadas para a industrialização de produtos agrícolas.

Quanto à região Centro-Sul do País, a participação do Ministério no Programa Corredores de Exportação constituiu uma das atividades peculiares no decorrer do ano. A elaboração de projetos de aplicação de recursos do Fundo de Diversificação Agrícola da Organização Internacional do Café possibilita a intensificação da assistência técnica, o estabelecimento de campos demonstrativos e a pesquisa

de tecnologia de alimentos para suporte à agroindustrialização. Realizaram-se estudos para localização de silos, armazéns e frigoríficos na região abrangida pelos programas, e já estão sendo estabelecidas pelo Grupo Interministerial as condições de apoio creditício para a iniciativa privada, a par da ampliação relativa dos investimentos de órgãos oficiais neste setor.

A política de comercialização visa racionalizar a rede de distribuição existente, aproximando produtores e consumidores internos, evitando intermediações desnecessárias no fluxo de mercadorias e crises de escassez regionalizada. Cumpre salientar os vultosos investimentos da COBAL — Companhia Brasileira de Alimentos — no Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento — SINAC, em 1972, que foram da ordem de Cr\$ 67,5 milhões. Dentro desse projeto, já existem em funcionamento as Centrais de Brasília, Fortaleza, Niterói/São Gonçalo e Recife. Prevê-se, para 1973, a conclusão de outras em Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Campinas, Goiânia, Maceió, Manaus, Porto Alegre e Salvador; e para 1974, as de Teresina e do Grande Rio.

Tem possibilitado contínuo aumento da produtividade dos fatores tradicionais — terra e trabalho — a combinação da assistência técnica ao agricultor, pesquisa agrícola e créditos subsidiados a fertilizantes, defensivos e sementes.

O consumo aparente de fertilizantes, em 1972, registrou incremento em torno de 24% em relação ao observado em 1971, resultado que ultrapassou a meta estabelecida. Quanto aos defensivos, a estimativa de acréscimo no consumo de 1972 foi da ordem de 26%, destacando-se, entre os demais, a difusão do uso de fungicidas. Além disso, aplicou-se, em 1972, em projeto específico de sementes melhoradas, a importância de Cr\$ 5,4 milhões, cujos resultados superaram as previsões.

Fato marcante foi a reformulação da política de pesquisa e experimentação agropecuária, baseada na intensificação de pesquisas operacionais relacionadas com produtos de alta significação econômica para as regiões, e na integração entre organismos federais, estaduais e universidades.

A vinculação dos financiamentos à pecuária com a assistência técnica e a melhoria do plantel bovino de corte está criando novas perspectivas para a produção pecuária. O aumento da oferta de carne bovina terá efeitos benéficos sobre o abastecimento, e já é nova e importante fonte de divisas com o incremento da exportação do produto. Para tanto, deu-se maior atenção à inspeção sa-

nitária, ai aplicando-se a importância de Cr\$ 89,1 milhões. Nas campanhas de profilaxia, imunizaram-se, em 1972, 25.552.427 bovinos, o que representa 28% sobre o ano anterior.

Tem-se procurado, mediante política global, atingir a estrutura do custo de produção da atividade leiteira, pelo uso de rações e melhoramento de pastagens, pela defesa sanitária do plantel e seu melhoramento genético, de modo que possibilite aumentar a rentabilidade da exploração.

Captou a indústria da pesca, em 1972, recursos no montante de Cr\$ 106,8 milhões, provenientes dos incentivos fiscais e aplicados no reaparelhamento das instalações industriais e na modernização da frota pesqueira. Produziu-se, no ano, o equivalente a 624 mil toneladas, o que representa 8% a mais relativamente ao obtido em 1971.

Objetivando-se a utilização, proteção e conservação dos recursos naturais renováveis, aprovou-se, em 1972, o plantio de 2.412.397.588 árvores numa área de 1.075.150 hectares, correspondente a investimento da ordem de Cr\$ 1.803,7 milhões. Ampliou-se, desse modo, a área reflorestada no País, cujos efeitos serão benéficos no crescimento da indústria madeireira, aumentando o comércio de produtos florestais e a arrecadação proveniente do intercâmbio com o exterior. As exportações de madeiras e produtos derivados atingiram, em 1972, a importância de 130 milhões de dólares.

Dentro do Programa Corredores de Exportação, realizam-se estudos de mercado para a colocação de novos produtos, à busca de novos clientes e avaliação da oferta nacional.

Intensificaram-se as atividades de armazenamento, construindo-se 13 armazéns na área de ação do PRO-DOESTE e 4 na TRANSAMAZÔNICA, estocando-se 33% da carne, dentro do Plano de 1972, e iniciando-se a reforma de todos os armazéns frigoríficos da região Nordeste.

Iniciou-se, também, a implantação da nova política nacional de cooperativismo, com a instalação do Conselho Nacional de Cooperativismo.

Com recursos da União e do Governo do Estado de São Paulo, implantou-se, em 1972, o Plano Nacional Integrado de Tecnologia de Alimentos — PLANITA, com desenvolvimento de 122 projetos específicos por parte do Instituto de Tecnologia de Alimentos daquele Estado.

A pesquisa de aproveitamento dos cerrados, realizada em colaboração com o Governo de Minas Gerais, e a atuação de alguns órgãos específicos, principalmente o INCRA, buscam a ampliação do espaço econômico e a criação de novos empregos.

Por intermédio do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, dar-se-á assistência social à população de baixa renda ou economicamente marginalizada, e estimular-se-á a demanda interna de produtos alimentícios.

Apresentou a Agricultura, em 1972, incremento de 4,12% em relação ao ano de 1971, em consequência da elevação de 4,3% no subsetor pecuário e do aumento da oferta de produtos do subsetor lavoura, no nível de 4%.

Dentro do contexto dos países em desenvolvimento, mormente na América Latina, este índice de incremento foi significativo, considerado o aumento da população, embora inferior ao que tinha sido previsto.

No subsetor pecuário, a elevação de 4,3% representa o valor obtido do índice de crescimento do rebanho bovino. Porém o número de animais abatidos teve um incremento de 12%, durante o ano de 1972, e o volume de carne aumentou 16%.

Os 4% alcançados no subsetor agrícola representaram metade da estimativa de crescimento realizada no período pós-plantio. As variações cíclicas da produção cacaueira e cafeeira, acrescidas da grande queda registrada, em razão de fenômenos climáticos, na produção triticola, foram as principais causas dessa redução. A frustração de safra do trigo foi, só ela, responsável pela redução de 3% na estimativa do incremento do setor. Tais culturas apresentaram o seguinte comportamento: trigo — 60%; cacaueiro — 17%, e café — 5%. A produção cafeeira decorrente do seu grande volume, apesar da pequena diminuição, repercutiu sensivelmente na redução do nível de crescimento. O observado em outras culturas foi, no entanto, altamente significativo. Sobressaiu-se a soja com crescimento de + 65%, que, em termos internacionais, ultrapassou todos os índices. Também cresceram as seguintes culturas: laranja + 19%; cana-de-açúcar + 19%; algodão + 12%; arroz + 11%; milho + 10%; mandioca + 9% e banana + 8%.

As exportações dos seis principais produtos agrícolas: Café, Açúcar, So-

ja. Algodão, Carne e Sucos Cítricos, tiveram um acréscimo, em relação ao ano de 1971, da ordem de 65%, num

montante de 2,2 bilhões de dólares. O comportamento individual de cada um destes produtos foi o seguinte:

	Valor	Acréscimo
	(US\$ 1.000) entre 1971/72	
Café	1.060.000	37%
Açúcar	421.478	180%
Algodão	210.000	50%
Soja	280.000	184%
Carne	210.000	40%

Se, por um lado, o setor, como um todo, apresentou crescimento inferior ao esperado, por outro, foi extremamente dinâmico em vários de seus subsetores, esperando-se crescimento significativo para os próximos anos.

Indústria e Comércio

O crescimento da indústria brasileira, à taxa de 15%, superou, em 1972, todos os níveis alcançados anteriormente. Por sua vez, os produtos manufaturados, diversificados, passaram a liderar nossas exportações e a satisfazer melhor às necessidades do mercado interno.

Teve marco significativo, nesse ano, o desenvolvimento industrial do Brasil. A indústria e o comércio aumentaram não só a produção, mas também a sua produtividade. Atendeu-se, plenamente, à demanda interna e ao objetivo de ampliar e diversificar as vendas externas.

Na área da indústria, prosseguiram os estudos, no sentido de fixar normas para concessão de benefícios fiscais e financeiros, que, em 1972, contemplaram 2.544 empresas. Verificou-se o maior volume de novos empreendimentos já realizados em qualquer época, alcançando agora um total de 1.268 projetos, contra 551 no exercício anterior. Os investimentos fixos, superiores a 14 bilhões de cruzeiros, registraram aumento de 150% sobre os de 1971.

Na siderurgia, a produção de aço em lingotes atingiu mais de 6 milhões e 500 mil toneladas; o que representa 8,5% a mais do que a antecedente. A previsão para 1973 é de 7 milhões e 300 mil toneladas, superior em 11,8% à de 1972. Para o Programa Siderúrgico, já em plena execução, adquiriu-se grande parte dos equipamentos principais, mediante contratos no total de um bilhão de cruzeiros. Os incentivos concedidos à importação de equipamentos, peças, materiais de consumo e matérias-primas, para a indústria siderúrgica, chegaram a Cr\$ 160 milhões. Nos projetos de expansão da Companhia Siderúrgica Hima e da USIBA, foram investidos Cr\$ 312 milhões, enquanto outros, avaliados atualmen-

te, reclamam investimentos de Cr\$ 400 milhões.

No que concerne às diretrizes da política petroquímica, com vistas à implantação de "pólos petroquímicos" em São Paulo e na Bahia, promoveu-se a execução dos projetos relativos àquele primeiro Estado, e providenciou-se, no tocante ao da Bahia, a criação da Petroquímica do Nordeste — COPENE Ltda.

Destacaram-se, nessa área, dentre as atividades do Governo, a apreciação do complexo das Centrais de Materiais-Primas, Utilidades, Serviços, e Manutenção, bem como o das unidades de segunda geração, e ainda os estudos do cronograma físico-financeiro e dos critérios para qualificação dos projetos pertinentes ao complexo.

No campo da tecnologia industrial, além de identificarem-se os programas prioritários, elaboraram-se as diretrizes da política tecnológica industrial, e o Plano do Sistema Setorial de Ciências e Tecnologia, para 1973/1974, a incorporar-se no Plano Básico de Desenvolvimento.

Assinalou-se, nas exportações brasileiras, que superaram 3,9 bilhões de dólares, um aumento, aproximadamente de 35%, em relação a 1971. Assim, duplicou-se a meta fixada no inicio do ano.

Destacou-se, nesse valor exportado, a participação dos produtos industrializados, com mais de 1 bilhão de dólares, o que representa aumento superior a 62% sobre o valor alcançado no exercício anterior.

Relativamente a 1971, cresceram, em 200.000 sacas, as vendas de café aos países dos Mercados Novos, e acusaram incremento de 450.000 sacas as exportações totais de café sólvel.

Quanto ao consumo interno, eliminado o subsídio, o Governo voltou-se para a fiscalização do comércio varejista e das torrefações e moagens, exercendo vigilância mais efetiva do produto oferecido ao consumidor.

Acionou-se também a execução do Plano de Renovação e Revigoramento de Cafeteais, destinado a ampliar

o parque produtivo brasileiro, a fim de elevar-se a produção e manter-se o volume de exportações e o atendimento do mercado interno. Em dezembro último, evidenciou-se já se haver superado a meta de 200 milhões de cafeeiros, para o período de 1972/1973. Providencia-se, agora, a contratação de projetos agrícolas para o plantio em 250 milhões de covas.

Persistiu o Brasil no apoio ao Acordo Internacional do Café e estreitou entendimentos com os demais países produtores, com o fim de assegurar política adequada de suprimento dos mercados importadores.

Conquistando significativo êxito, ingressou o seguro brasileiro no mercado internacional, ao mesmo tempo em que se consolidava o mercado, mediante fusões e incorporações.

Gerou o seguro de importação 49% de toda a receita do mercado nacional no ramo de transportes, passando de Cr\$ 28 milhões, em 1970, para Cr\$ 178 milhões em 1972.

Até então contratado quase todo no exterior, o seguro de navios e o dos cascos aeronáuticos canalizarão, em 1973, para as seguradoras brasileiras, volume de prêmios estimado em Cr\$ 160 milhões — quatro vezes superior ao de 1970.

Em 1972, as aplicações em títulos do Governo, ou por este garantidos, atingiram Cr\$ 315,8 milhões.

No ramo do açúcar, executaram-se os programas de exportação e garantiram-se os preços oficiais na comercialização interna, em todas as áreas. Na presente safra, destaca-se o programa para fabricação de açúcar cristal, de qualidade especial, para exportação.

Cresceu em 213%, sobre o ano anterior, o volume de açúcar exportado em 1972, cujo valor de 421 milhões de dólares foi triplicado em relação a 1971. Assinala-se, ainda, a penetração em mercados novos e a colocação externa de açúcar branco e de qualidades especiais, bem como a posição do Brasil como exportador, com mais de 2.600.000 toneladas.

Executa-se, atualmente, o programa de nacionalização da agroindústria açucareira, eliminando-se unidades antieconómicas, especialmente no Nordeste, cuja produção apresenta, nesta safra, significativo incremento. Também entrou em operação o terminal açucareiro do Recife, que amplia substancialmente a nossa capacidade de carregamento de navios, permitindo o embarque de mil toneladas de açúcar por hora.

No tocante ao turismo, analisaram-se 79 projetos, que acrescentarão 3.866 apartamentos à rede hoteleira, e abrirão oportunidades de emprego

para 3.532 pessoas, representando investimento global de 565 milhões e 300 mil cruzeiros.

Quanto aos álcalis, produziram-se 127.000 toneladas de barrilha, 88.000 toneladas de sal, pelo processo de combustão submersa e 17.000 toneladas de sal refinado, representando, respectivamente, 32% e 36% a mais que em 1971, e a venda de barrilha foi 9% superior à do mesmo ano.

Elaborou-se, ainda, e pôs-se em execução o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal, no valor de Cr\$ 320 milhões, com o qual se objetiva aumentar a produção e criar condições para consolidar e expandir a heveicultura, com a gradativa substituição do seringal nativo, pelo cultivo racional.

Minas e Energia

Com o fim de propiciar amplo conhecimento do subsolo brasileiro e utilização intensa e imediata das reservas minerais conhecidas, publicaram-se, no exercício de 1972, o Mapa Geológico do Brasil, o Mapa Tectônico do Brasil e o Primeiro Anuário Mineral Brasileiro, os quais permitirão, juntamente com o Mapa Mineiro do Brasil, aiquidar-se o potencial da indústria extrativa mineral e sua distribuição pelo território brasileiro.

Com os levantamentos geológicos básicos, já foram obtidos cerca de 825.000 km² de imagens de radar, elevando-se para mais da metade do território nacional a área coberta pelo projeto RADAM.

Fez-se, também, o recobrimento aeromagnético em cerca de 157.000 km² e elaboram-se 153 folhas de isonomalias magnéticas, já em utilização pelos mineradores.

No campo da Hidrologia, destacou-se o impulso dado em 1972 ao Projeto de Regularização do Rio Paraíba, concluindo-se os diques no rio Paraibuna, efetivando-se o desvio do rio Paraitinga, e atingindo-se as metas previstas para todas as obras civis relativas ao projeto.

No trabalho de pesquisas, merece destaque o ter-se proporcionado às empresas nacionais de engenharia, que operam no ramo da geologia, condições de desenvolvimento compatíveis com as necessidades do setor.

E de salientar-se que esse resultado se deve a uma estrutura executiva, de natureza empresarial, tornada viável a partir da criação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, vinculada ao Ministério.

No setor petrolífero, desenvolveu-se um programa de importações de óleo bruto, com o objetivo de promover o abastecimento do mercado nacional a menores custos, aproveitan-

do-se as oportunidades comerciais da importação em larga escala, e realizando-se operações de exportação de óleo cru, produzido no País, para as áreas das Caraíbas e do Japão, em virtude dos melhores preços alcançados pelo óleo brasileiro no mercado internacional.

Na atividade de refinação, passou a operar a Refinaria de Paulínea, que permitiu crescer o petróleo bruto refinado, em relação ao ano anterior, em cerca de 23%, atingindo 35 milhões de m³.

Para acompanhar o aumento da demanda de produtos de petróleo no mercado interno, a PETROBRÁS investiu cerca de 2.650 milhões de cruzeiros, metade dos quais em exploração, produção e refinação.

Na atividade de exploração, utilizaram-se 18 sondas nas bacias terrestres e 9 na plataforma continental, atingindo-se 281 mil metros perfurados.

Concluíram-se as obras de construção da Usina Protótipo de Irati, localizada em São Mateus do Sul, que se acha operando em escala semi-industrial, para desenvolvimento do processo PETROSIX, em aproveitamento do xisto da Formação Irati.

Em relação ao transporte marítimo, continuaram os esforços de modernização e expansão da capacidade da Frota Nacional de Petroleiros. Foram reincorporados 4 navios classe "Presidente" após sua ampliação de 35.000 para 53.000 TPB; 2 navios também ampliados de 10.100 para 12.100 TPB; e incorporado 1 navio de 26.400 TPB. Iniciou-se a construção de 5 navios, dois deles com 115.550 TPB e 265.300 TPB, e os 3 outros com 116.500 TPB. Assinaram-se contratos para construção de mais 2 superpetroleiros de 276.700 TPB.

Ao final do ano, a Frota Nacional de Petroleiros — FRONAPE dispunha de 918.000 TPB em navios próprios, devendo ultrapassar 1.000.000 TPB até meados de 1973.

Quanto aos terminais, destacam-se as obras realizadas no Terminal Marítimo Almirante Barroso destinadas a permitir o recebimento de superpetroleiros de até 300.000 TPB. No que se refere aos oleodutos, sobressaem os investimentos efetuados no de São Sebastião-Paulínea, com vistas a aumentar sua capacidade para 300.000 barris diárias.

Não obstante os reflexos da recessão no mercado mundial de minério de ferro e o agravamento dos problemas monetários internacionais, pôde manter-se o ritmo de expansão das atividades operacionais, nos níveis

previstos, da Companhia do Vale do Rio Doce.

Sua produção de minério de ferro situou-se em torno dos 253 milhões de toneladas, a qual, acrescida do adquirido dos pequenos produtores daquela região, representa um incremento de 5,7 milhões de toneladas em relação ao ano anterior.

Possuiram normalmente as grandes obras previstas na 3.^a etapa do Programa de Expansão da Companhia, podendo-se destacar a inauguração da 1.^a parte da Usina de Concentração de Itabiritos, com capacidade para 9 milhões de t/ano de concentrados, e da 1.^a usina para aproveitamento do "pellet-feed" proveniente dos beneficiamentos e concentrações do minério. A 2.^a usina, com capacidade para 3 milhões de t/ano, deverá entrar em funcionamento em março próximo, o que elevará a produção de "pellet" para 5 milhões de t/ano.

Possuiram os trabalhos de pesquisas geológicas e tecnológicas, visando ao aproveitamento de grandes depósitos de titânio e fosfatos, nas regiões de Salitre e Tapira, próximas à cidade de Araxá.

A necessidade do desenvolvimento da tecnologia nuclear no País e da implantação progressiva do ciclo do combustível nuclear, a partir de jazidas já descobertas, determinaram a constituição, em 1972, da Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear, com vistas a atuar como instrumento eficaz na execução da Política Nacional de Energia Nuclear.

Marcou, ainda, o ano de 1972, o inicio das obras civis de infra-estrutura da Usina Nuclear de Angra dos Reis, tendo sido assinados contratos de financiamento com o Eximbank para a compra de equipamentos e acordo de cooperação com o governo americano, para aquisição de combustível a ser utilizado na operação dos reatores.

Possuiram, também, no âmbito da energia nuclear, os trabalhos para o desenvolvimento da tecnologia de reatores, de combustíveis nucleares, de aplicação de radioisótopos e de prospecção de minérios, tendo-se obtido, quanto ao último, resultado altamente promissor, ao registrarem-se várias anomalias no município de Brumadinho, que tornaram a "formação Moeda" uma das áreas esperançosas para a produção de urânio em condições econômicas.

Significativa expansão teve o Setor de Energia Elétrica. Elevou-se o consumo a 47.500 GWh (Giga-Watt/hora) superando o verificado no an-

anterior, em cerca de 10,7%, enquanto que a potência instalada elevou-se de 12.801 MW, em 1971, para

— Usina de Paulo Afonso	acrédito de 206 MW
— Usina de Cachoeira Dourada	acrédito de 50 MW
— Usina de Estreito	acrédito de 350 MW
— Usina Jupiá	acrédito de 100 MW
— Usina de Santa Cruz (UTE)	acrédito de 200 MW

Prosseguiu, ainda, o processo de redução do número de concessionárias, mediante incorporações, vendas ou fusões. Praticamente foram concluídas as negociações para incorporar a CONEFOR à COELCE no Ceará, e a CEEB à COELBA na Bahia, bem como a venda do controle acionário da CFLMG à CEMIG em Minas Gerais, e da CFLP à COPEL no Paraná.

No decurso do ano, foram concluídos os estudos da Comissão Técnica Mista Brasil/Paraguai, para o aproveitamento do grande potencial hidrelétrico do rio Paraná, na região fronteiriça com o Paraguai, demonstrando a possibilidade de um aproveitamento da ordem de 10 milhões de KW.

Paralelamente, realizaram-se estudos para transmissão em extra-alta tensão, desde o ponto mais conveniente para construção daquela Usina, até os grandes centros de consumo de carga, na região Centro-Sul do País.

Concluiram-se os estudos que definem as possibilidades de aproveitamento hidrelétrico e equacionam o problema de suprimento de energia para os principais pólos de desenvolvimento da Amazônia; e providenciou-se a instalação de modernas e eficientes usinas térmicas nos pólos de Belém, Manaus, Porto Velho e Rio Branco, a fim de garantir o suprimento adequado de energia, até que se tornem economicamente aconchegáveis alguns dos projetos hidrelétricos que são objeto de estudos mais aprofundados.

Para suprir determinadas áreas carentes de pessoal especializado, ministraram-se, em 1972, 21 cursos, compreendendo: Economia Mineral e Energia, Administração Financeira, Hidrologia, Beneficiamento de Minérios, Engenharia Elétrica, Geologia Econômica, Hidrologia Aplicada, Processamento de Dados, Gemologia, e Direito da Eletricidade, para 250 profissionais entre bolsistas e servidores.

Os resultados alcançados com os cursos para aperfeiçoamento de técnicos de nível superior e o plano de instituir um "Centro de Estudos e Conferências", para realização de cursos de alto nível e de curta duração levaram à institucionalização do Plano de Formação e Aperfeiçoamento

13.089 MW em 1972. Dentre as unidades que entraram em operação destacam-se:

— Usina de Paulo Afonso	acrédito de 206 MW
— Usina de Cachoeira Dourada	acrédito de 50 MW
— Usina de Estreito	acrédito de 350 MW
— Usina Jupiá	acrédito de 100 MW
— Usina de Santa Cruz (UTE)	acrédito de 200 MW

mento do Pessoal de Nível Superior — PLANFAP.

Interior

Por intermédio das 16 entidades que lhe são vinculadas, e em coordenação com outras Secretarias de Estado, atuou o Ministério do Interior na execução de obras de infra-estrutura física, na elaboração de planos regionais e setoriais, no financiamento de atividades econômicas e sociais, e na prestação de serviços a outras esferas de governo e à população brasileira.

Resultaram relevantes, no exercício de 1972, a presença do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, o inicio das obras previstas no Plano de Desenvolvimento da Lagoa Mirim — com a construção da Barragem do São Gonçalo e elaboração do Projeto Integrado do Rio Jaguarião — e ainda a criação do Programa de Apoio à Infra-estrutura dos Grandes Centros do Nordeste.

Na área da Amazônia, prosseguiram os planos para formação de novos núcleos populacionais e expansão dos existentes, tornando compatíveis os objetivos econômicos e de integração nacional.

Além dos estudos de mercado interno e externo dos principais produtos regionais, de estruturas de produção e comercialização, de recursos naturais, e da situação sócio-econômica da mão-de-obra, mereceram especial atenção o treinamento e as pesquisas florestais, bem como os projetos específicos de Babacu, no Maranhão, e Fau-Rosa e Dendê, no Pará.

A Unidade Central de Processamento de Dados, que ali entrou em operação em 1972, permitirá a montagem da Matriz Informática Regional.

Aprovaram-se, para aquela Região, 99 projetos de incentivos fiscais, e concederam-se 13 isenções, correspondendo a um investimento de Cr\$ 1.957 milhões.

Cobriram uma área de 674 mil hectares os projetos agropecuários aprovados, para um rebanho de 620 mil cabecas; e ascende a 6.614 o número de empregos a serem ali criados.

Significativos foram também os investimentos em obras de abastecimento d'água, esgotos e saneamento em geral, mediante convênios e

contratos com diversos órgãos da Região.

As aplicações do Banco da Amazônia S.A. — BASA evoluíram de Cr\$ 670,5 milhões, em 1971, para Cr\$ 1.100 milhões, em 1972, com aumento de 64,03%. O incremento às aplicações de crédito rural foi de 72,9%; a receita operacional evoluiu 40% e, com o custo operacional de apenas 9,3%, aumentou o lucro líquido de 37,74% sobre o do ano anterior.

Com as medidas administrativas tomadas no exercício, o índice de produtividade, em termos de cruzeiros por funcionário, foi 83% superior ao de 1971.

Por intermédio da SUFRAMA, aprovaram-se 35 projetos industriais, correspondendo 30 deles a atividades novas.

Verificou-se um aumento de 34% na importação de mercadorias estrangeiras, e de 21% na de mercadorias nacionais, relativamente às de 1971.

A receita própria da SUFRAMA atingiu Cr\$ 16,8 milhões, superando, nominalmente, em 52%, a arrecadação do ano anterior. Seu superávit orçamentário foi de Cr\$ 1,4 milhões.

Nos Territórios Federais, ampliou-se a Rede de Ensino, concluiu-se o trecho de 150 km, que liga Macapá—São Lourenço, e a estrada Macapá—Mazagão, com 112 km; prosseguiram as obras da estrada São Lourenço—Oiapoque; inaugurou-se o Hospital de Pediatria, o Bloco Cirúrgico, anexo ao Hospital Geral, e a Estação de Tratamento d'água, na cidade de Macapá. Em Roraima, construiu-se o Aeroporto Internacional de Boa Vista, edificou-se moderna Penitenciária e aumentou-se o potencial de energia elétrica. Em Rondônia introduziu-se nova estrutura orgânica; executou-se o asfaltamento; implantou-se a Rede Elétrica da cidade de Porto Velho; construiu-se o Centro Cirúrgico e Obstétrico na Maternidade Darcy Vargas, em Porto Velho, a Maternidade Cláudia Fialho, em Guajará-Mirim, e um Sanatório, em Vilhena.

No Nordeste, foi igualmente relevante a atuação do Governo, no que diz respeito a incentivos fiscais.

Aprovaram-se 182 projetos de interesse econômico-social para a Região, correspondendo a um investimento de Cr\$ 2.270.000.000,00 para o exercício de 1972, que representam 65% do orçamento de todos os Estados do Nordeste.

No total, porém, o número de projetos aprovados é de 2.480, com investimento global de 18 bilhões de cruzados. Dentro do mesmo Sistema, foram liberados Cr\$ 850 milhões de incentivos, durante o exercício de 1972.

Entraram em funcionamento mais 58 empreendimentos industriais e 19 estabelecimentos agropecuários. Celebraram-se 325 convênios e contratos, no valor global de Cr\$ 74,8 milhões, com diferentes órgãos federais, estatais, paraestatais e entidades privadas da Região. Destinaram-se Cr\$ 12 milhões para programas Energéticos e comprometeram-se recursos da ordem de Cr\$ 9,3 milhões, no abastecimento dágua e obras de saneamento, e aplicou-se o montante de Cr\$ 10,5 milhões, referentes ao programa de Esgotos Sanitários, beneficiando todas as capitais dos Estados nordestinos, e outras cidades importantes do interior.

Prosseguiram, durante o exercício, os levantamentos dos recursos naturais da Região, tanto aéreos como de campo.

Executou-se, ainda, um programa de obras consideradas preventivas contra os efeitos da estiagem, em alguns Estados nordestinos, construindo-se aterros-barragens, açudes, aguadas, e perfurando-se poços.

Paralelamente, reforçaram-se os setores de Transportes e equipamentos dos Estados e demais órgãos executores dos programas de emergência, dando-se-lhes 47 veículos e 54 mil ferramentas, no exercício.

A maior ação foi no Estado do Ceará, com o programa de construção de 14 açudes, perfuração e instalação de bombas em 100 poços, dos quais 78 se encontram em plena utilização, juntamente com os 410, perfurados na Região, durante o exercício.

No final de 1972, criou-se o Programa à Infra-estrutura dos Grandes Centros Urbanos do Nordeste, com recursos da ordem de Cr\$ 400 milhões.

Prosseguiu a execução do Programa de Irrigação, parte integrante do Plano de Integração Nacional, atingindo 260.000 hectares, em nível de Planos Diretores ou de viabilidade técnica e econômica, e mais de 50.000 hectares de projetos executivos. A estes devem ser somados 1000.000 hectares de projetos para áreas secas, cuja exploração integrada à economia das áreas irrigadas vem abrir nova perspectiva à ocupação das terras áridas do Nordeste.

Estão sendo implantados 22.000 hectares, dos quais 9.000 de superfície agrícola útil irrigada. Encontram-se disponíveis para o plantio 5.000 novos hectares adicionais, e as primeiras colheitas já abastecem os mercados de consumo, bem como as agroindústrias regionais.

Em prosseguimento às obras do Programa de Integração Nacional, executam-se cerca de 13 projetos de irrigação, quatro dos quais com obras de implantação bastante adiantadas.

Concluíram-se as Estações Experimentais e Centros Irrigantes em Pirapora (MG) e São Desidério (BA), e o projeto-piloto Bebedouro (PB-1), com área implantada e em operação de 1.114 hectares, produziu, em 1972, cerca de 4 000 toneladas, no valor aproximado de Cr\$ 2,5 milhões.

Com recursos do PROVAL, está em implantação mais um projeto de irrigação e assinou-se convênio para execução de programa que visa intensificar o uso de pequena irrigação no Vale, mediante crédito orientado.

Concluiu-se a adutora da Zona Agreste (AL) e encerrou-se a primeira etapa da adutora Sertaneja (SE), as quais atenderão a 12 cidades dos dois Estados. Ademais, em convênio com o Projeto Rondon, foram instalados e estão em funcionamento os campi avançados de Irecê e Barreiras, na Bahia.

Na área de atividades da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, com mais de uma centena de projetos em andamento, destacaram-se, no exercício de 1972, o da Bacia da Lagoa Mirim; o Sudoeste-1, abrangendo uma área de cerca de 72.000 km² e um total de 19 municípios do sudoeste gaúcho; o projeto do Noroeste do Paraná, que participa do Programa da Bacia do Prata e envolve atividades conjuntas da OEA, e dos cinco países da Bacia; e ainda o projeto do litoral-sul de Santa Catarina.

No Centro-Oeste, concluiu-se a BR-070 (Brasília—Cuiabá), com a extensão de 664 km, e deu-se prosseguimento às obras de construção da BR-080, com a extensão de 485 km. Também se assinaram convênios com órgãos estaduais, para realização de projetos de Saneamento Básico em 42 municípios da Região, no valor de Cr\$ 3,1 milhões; e ainda prosseguem os serviços relativos a 11 outros, no valor de Cr\$ 2,1 milhões, achando-se, por sua vez, concluídos os correspondentes a 14 convênios.

Elaborou-se ainda, em 1972, o Estudo do Mercado de Energia Elétrica do Centro-Oeste, abrangendo as áreas urbana, suburbana e rural de 308 municípios da Região, como base para planos de expansão a longo prazo do setor energético.

Na área do desenvolvimento urbano e local, aplicaram-se, no programa de Financiamento de Materiais de Construção, Cr\$ 713,8 milhões, que estão gerando investimentos globais superiores a Cr\$ 2.100 milhões.

Construiram-se 200 mil habitações, 70% das quais se destinam a famílias de renda não superior a cinco salários mínimos.

O número de Cadernetas de Poupança chegou a 3 milhões em todo o

Pais, cujos depósitos ultrapassaram Cr\$ 7.300 milhões, que, somados à poupança, pelas letras imobiliárias, estão a ponto de alcançar Cr\$ 12 bilhões.

Foi criado o programa de Apoio à Infra-estrutura dos grandes Centros Urbanos do Nordeste, do qual o BNH participou com Cr\$ 200 milhões. Em 1972, o Espírito Santo foi o Estado que mais investiu em Abastecimento dágua, aplicando Cr\$ 600 milhões, seguido da Bahia, com Cr\$ 76 milhões, e em terceiro lugar, Pernambuco, com ... Cr\$ 30 milhões.

Contratos de financiamentos da ordem de Cr\$ 26 milhões, assinados pelo SERFHAU, irão beneficiar diretamente 69 municipalidades com população global de cerca de dez milhões. Por outro lado, serviços preparatórios, de natureza técnica, objetivando trabalhos de planejamento, foram realizados em 540 Prefeituras, sendo ainda beneficiados 7 centros urbanos à margem da rodovia Transamazônica.

Bastante significativo foi o treinamento em nível municipal, particularmente na Região Norte. Implantou-se o primeiro curso de mestrado no País, para a formação de urbanistas, e entrou em pleno funcionamento o Centro de Informações para o Desenvolvimento Local — CIDUL, com duração de 3 anos e envolvendo recursos da ordem de US\$ 1.200.000.

Na área de proteção contra inundações, em 1972, foram despendidos recursos da ordem de Cr\$ 113,4 milhões. Deste valor, cerca de 26% se destinaram à proteção em zonas urbanas (Cr\$ 30,2 milhões), abrangendo cidades em quase todas as regiões do País. Na de proteção rural, destacam-se obras nos Estados de Pernambuco (Recife), Mato Grosso (área do Pantanal), Rio de Janeiro, Guanabara e Santa Catarina (Vale do Itajaí). Na de irrigação, prossegue a execução do projeto Duro-Camaquá, no Rio Grande do Sul, e Sanucai, em Minas Gerais.

Nas atividades para desenvolvimento sócio-econômico de áreas menos desenvolvidas, teve o Projeto Rondon expressiva atuação, realizando duas Operações de Férias, no período, com a participação de 9.868 universitários. Os Campi Avançados elevaram-se de 10 para 16, quatro deles instalados no Nordeste.

Chegaram a 132 as Operações Especiais, realizadas mediante convênio e atendendo a projetos específicos, no mesmo tempo em que se deu nova dimensão aos objetivos globais do Projeto, com a instituição do Programa de Interiorização e Fixação de Mão-de-Obra Especializada. O número de universitários que participaram dos 5 programas do Projeto Rondon, em 1972, chegou ao total de 15.810, atin-

gindo de forma direta 2.018 municípios.

POLÍTICA SOCIAL

Educação e Cultura

Prosseguiram as atividades de Educação e Cultura, como setor prioritário da ação do Governo, por constituir um dos alicerces do desenvolvimento nacional, pela valorização dos recursos humanos.

Do esforço para a democratização do ensino resultou considerável aumento de matrículas no primário, no ensino médio e nível superior.

Em 1972, ofereceram-se, aproximadamente, 230.000 novas matrículas no nível superior, somando 694.100 o total de matrículas efetuadas no exercício.

No nível médio, registraram-se 5.273.360 matrículas, e no primário, 14.323.540.

Com a implantação das diretrizes e bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, iniciou-se uma nova fase da educação planificada. Nesta área, está em execução o Programa Nacional da Carta Escolar, instalado em 1972, cujo projeto se encontra já executado no Distrito Federal, em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Guanabara. Com os Estados do Ceará e de Santa Catarina, assinaram-se convênios que visam apoiar os seus planos. Ainda outros Estados receberão esses reforços, em futuro próximo, não só para o 1.º como para o 2.º grau.

O projeto das Escolas Polivalentes, de valor expressivo na implantação do 1.º grau, treinou 1.485 professores e inaugurou 87 escolas equipadas, em 1972, achando-se em construção outras 15, duas das quais na Transamazônica, tendo cada uma delas 2.500m² de área construída, com laboratórios, oficinas e salas de aula.

Na área do 2.º grau, as habilitações profissionais foram apreciadas e definidas, e intensificada a intercomplementaridade, particularmente com as escolas federais, objetivando o aproveitamento total de suas instalações e equipamentos, em benefício de escolas iniciantes da Reforma, mas despreparadas em meios materiais.

No pertinente ao ensino supletivo, fixou-se a doutrina e apresentaram-se as linhas de ação e as estruturas que devem reger esse sistema de ensino.

No MOBRAL — o maior programa de alfabetização do mundo —, foram aplicados Cr\$ 142.049.000,00, sendo Cr\$ 99.867.000,00 da Loteria Esportiva e Cr\$ 42.182.000,00 do Imposto de Renda, contra o total de Cr\$ 77.900.000,00 em 1971. Assinaram-se convênios com 3.636 Municípios, para alfabetização funcional, alcançando

1.726.551 alunos. A educação integrada atingiu a 816.940 inscritos e o curso de desenvolvimento comunitário, em 375 municípios, teve 87.200 matrículas.

Ainda na área do Ensino Supletivo, continuou a merecer destaque o Projeto Minerva, por intermédio da radiodifusão, apresentando resultados controlados, aquém das metas pretendidas para 1972.

Ficaram concluidas a construção e instalação, durante 1972, do Centro de Produção da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, com o mais moderno equipamento, possibilitando o inicio de uma nova fase da teleducação, saindo-se do pioneirismo para se produzirem programas de qualidade, particularmente na área do ensino supletivo.

O Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, em 1972, treinou e habilitou, profissionalmente: no setor primário — 55.226; no secundário — 43.716; e no terciário — 54.609, num total de 153.551 profissionais, envolvendo habilitação a nível de 2.º grau.

Prosseguiu a Reforma Universitária, não só quanto ao preparo de recursos humanos, como na construção e equipamento dos campi.

No I ENCONTRO DE REITORES DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS, pôde-se avaliar o desenvolvimento da Reforma Universitária, particularmente, no que se refere ao ciclo básico, à departamentalização e matrícula por disciplina, e analisar o Planejamento nas Universidades, a Produtividade do Ensino e o Plano de Expansão das Universidades.

Nos Regimes Especiais de Trabalho do corpo docente, para não afastá-los do âmbito da escola, em benefício da educação e da pesquisa, foram empregados Cr\$ 200.462.486,00, abrangendo 9.295 professores em suplementação salarial.

Para expansão do ensino universitário, em 1972, concedeu-se crédito complementar de 40 milhões de cruzeiros, e estão previstos para 1973, com a mesma finalidade, 140 milhões, além das dotações orçamentárias das Universidades e Escolas isoladas.

Na construção dos campi e para seus equipamentos, despesenderam-se, respectivamente, Cr\$ 55.126.700,00 e Cr\$ 26.979.900,00, não se considerando a obra da Universidade Federal do Rio de Janeiro, inaugurada quase totalmente, por ocasião do 150.º aniversário da Independência, com 212.470 metros quadrados construídos, e dispêndio total de Cr\$ 397.000.000,00, computando-se os equipamentos.

Aos estudantes carentes de recursos proporcionaram-se: 27.100 bolsas de trabalho; 5.881 no nível superior; ...

61.028 nos níveis de 1.º e 2.º graus; 3.113 para excepcionais; e 453 bolsas de alimentação/mês.

Recebeu da USAID a Campanha Nacional de Alimentação Escolar ... 20.409.423 kg e do PMA/ONU 755.278 kg, e adquiriu 12.362.025 kg. Com esses totais atendeu 12.751.713 escolares, abrangendo 103.015 escolas e ... 3.344 Municípios.

Foram beneficiados 1.306 Municípios, com a distribuição total de ... 8.824.108 livros, manuais e obras de interesse cultural, e com 12.602 registros de bibliotecas.

O sistema de co-edição possibilitou o barateamento do livro-texto, em até 40% do preço/capa.

Empregaram-se, na área de Educação Física e Desportos, cerca de 73 milhões 829 mil cruzeiros, fora a parcela aplicada pelo Conselho Nacional de Desportos, no setor dos profissionais e amadores.

Construiram-se e recuperaram-se 244 quadras polivalentes, 18 quadras cobertas, 41 pistas de atletismo, 34 campos de futebol, 16 piscinas olímpicas e 40 piscinas semi-olímpicas, além de outras obras de menor porte.

Dar-se-á prioridade, em 1973, aos projetos: Ensino de Ciências para 1.º e 2.º graus, Programa Nacional de Telaeducação; e Ensino de Excepcionais.

No setor da Cultura, recuperou-se o patrimônio histórico, particularmente com os projetos de Parati e Alcântara, e remodelaram-se alguns museus e a Biblioteca Nacional. O aumento de recursos ai empregados, em 1972, corresponde a mais de 150% em relação a 1971.

Preparam-se, agora, os dados que, na área da Educação e Cultura, irão integrar o Primeiro Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o biênio 73/74.

Saúde

Tem-se apoiado, nos seguintes conceitos, a estratégia para solução dos problemas de saúde: representa um desperdício econômico e social o baixo padrão de saúde; o custo de elevação do nível de vida de uma população não implica custos reais para a sociedade; o melhor padrão de saúde tederá, sempre, a melhorar os demais fatores componentes do plano de vida; os programas de saúde devem estar racionalmente integrados em todo um sistema de reforma econômica, social e educacional, isto é, no processo de desenvolvimento geral.

Em decorrência da implantação e evolução das iniciativas governamentais de interiorizar o desenvolvimento com a abertura de estradas, como a Transamazônica, e as dos corredores de exportação, integram-se, na economia nacional, áreas anteriormente iso-

ladas. Esses mesmos instrumentos de progresso determinam, entretanto, o estabelecimento de correntes migratórias que modificam a estrutura nosológica, tanto das áreas recém-integradas, quanto a dos centros urbanos, proporcionando condições para que as endemias, ainda existentes no País, encontrem mais fáceis vias de disseminação, invadindo ou ameaçando regiões até então indenes.

Também a intensificação do comércio com o exterior, e do próprio tráfego humano com países vizinhos e distantes, põe em novas dimensões as medidas de defesa sanitária do território nacional, contra a invasão de doenças e vetores. Por sua vez, a diminuição progressiva dos desniveis de distribuição de renda, a ampliação da escolarização e a maior utilização dos meios de comunicação de massa vêm multiplicando as aspirações e o interesse da população, em proteger e recuperar a saúde.

Para atender a essas modificações estruturais e enfrentar os desafios criados pela atual conjuntura, reviu-se a Política Nacional de Saúde, visando principalmente: à fixação de estratégias setoriais; à redefinição de prioridades; ao reaparelhamento do Ministério e do Setor Saúde como um todo; e à racionalização do uso de recursos, em termos de custo/efeito, considerando-se o substancial aumento previsto da demanda de bens e serviços médico-sanitários.

Identificaram-se como áreas programáticas prioritárias, a serem estruturadas em sistemas, a do saneamento, a da nutrição, a dos recursos humanos, a da pesquisa, a da produção e distribuição de medicamentos, a das doenças transmissíveis e a da infraestrutura de saúde.

Com a finalidade de promover a aceleração da montagem da infra-estrutura de saúde de que necessita o Brasil, orienta-se a atuação do Governo no sentido de reforçar as administrações estaduais de saúde e expandir sua rede de serviços permanentes, assim como de estabelecer projetos-pilotos de regionalização para a identificação de modelos ajustados às condições brasileiras.

No âmbito da assistência médica, retomaram-se os entendimentos com os órgãos que atuam no campo da recuperação da saúde, visando a estabelecer mecanismos de coordenação, conducentes ao cumprimento dos princípios explicitados no Decreto-lei n.º 200/67.

Ainda nesta área, foi reformulado o Programa Nacional de Combate ao Câncer e elaborado o Plano Nacional de Saúde Mental, nos quais se incorporaram modernos métodos e técnicas de ação.

A estruturação e funcionamento dessas áreas exigirá a institucionali-

zação do processo do planejamento setorial de saúde, a efetiva implantação da reforma administrativa do Ministério e a modernização de seu esquema organizacional e de procedimentos gerenciais, para o que já se iniciaram os estudos necessários.

É de notar-se que o combate às doenças transmissíveis, em 1972, ofereceu aspectos relevantes, com as Campanhas de Erradicação e Controle das grandes endemias.

As atividades de erradicação da malária desenvolveram-se em todas as unidades federadas exceto no Território Federal de Fernando de Noronha e Estado do Rio Grande do Sul, onde a doença não existe.

A área malária abrange 6.671.667 km², para uma população de 34.413.214 habitantes, distribuídos por 1.523 municípios, sendo que, no segundo semestre de 1972, foi alcançada, pela primeira vez, em muitos anos, a cobertura integral dessa área.

Já estão livres da transmissão da malária os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Rio de Janeiro, Guanabara e áreas dos Estados do Piauí, Bahia, Minas Gerais e Paraná.

Para consolidação da erradicação da varíola, cujos derradeiros casos ocorreram em abril de 1971, prosseguiram as atividades de Vigilância Epidemiológica e de Manutenção da Vacinação para proteger grupos suscetíveis.

Em 1972, foram feitas 10.545.583 vacinações de manutenção em grupos suscetíveis; e realizou-se pesquisa para avaliar a situação epidemiológica em 448 localidades, dando-se especial destaque à área da Transamazônica. Nenhum caso de varíola foi encontrado no País.

Para proteção do homem contra a febre amarela silvestre — cujo reservatório da infecção se encontra na fauna das áreas florestais — foram vacinadas, no ano, 834.847 pessoas que estariam expostas ao risco da infecção, por se encontrarem nas zonas de matas onde ocorre a vírose.

O programa de vigilância antiaegypti, em 1972, realizou trabalhos de inspeção em 1.094.127 casas, 10.308.462 depósitos d'água, 46.256 embarcações e 95.799 veículos.

A endemia chagásica, com vasta distribuição geográfica, abrangendo mais de 1.200 municípios com a presença de triatomídeos transmissores, tem seus focos de maior significação epidemiológica nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

Na Amazônia, a tripanossomose existe só no ciclo silvestre, não se verificando, até agora, naquela Re-

gião, a adaptação dos insetos transmissores à habitação humana.

Na fase atual, o combate à endemia se fundamenta na luta antivertorial, expurgando-se as casas com inseticida, para interromper o ciclo domiciliário da infecção.

Atividades de combate à peste — doença cujo reservatório se encontra na fauna de ratos e roedores silvestres — foram realizadas nas áreas de focos localizados nos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, abrangendo, aproximadamente, 200.000 km².

A esquistossomose, endemia resultante da falta de saneamento básico, é importante problema de saúde, devido à sua extensa distribuição geográfica, elevada prevalência e freqüência de formas graves em determinadas áreas do Nordeste. A luta contra essa endemia foi orientada com prioridade, para prevenir a expansão da parasitose, nas áreas de irrigação, bem como nos novos núcleos de população da Transamazônica.

Em 1972, o programa de prevenção de esquistossomose, em área de irrigação, entrou em pleno desenvolvimento, com atividades de controle de moluscos e tratamento dos casos detectados entre candidatos a imigrantes e suas famílias. Foram tratados 4.515 casos.

O combate a outras endemias como filariose, bouba, leishmaniose e tracoma, prosseguiu, em 1972, com atividades em áreas prioritárias, tais como: em Belém e Recife, para controle da filariose; no Ceará e Minas Gerais, para calazar; na Região Amazônica, para bouba e leishmaniose tegumentar, e no Nordeste e Vale do São Francisco, para tracoma e conjuntivites associadas.

As atividades para controle do bôcio endêmico incluem, especialmente, a iodetação do sal de consumo alimentar, nos centros de produção industrial do produto, e, em 1972, foram iodetadas 673.349 toneladas de sal para consumo alimentar.

O Plano Nacional de Controle da Poliomielite cobriu, em 1972, um total aproximado de 2.500.000 crianças da faixa etária de 0 — 4 anos, das zonas urbanas das cidades de 13 Estados. Para cobertura do Plano foram adquiridas 9.000.000 de doses de vacinas trivalente, oral, tipo Sabin.

A tuberculose, apesar de continuar representando grande problema de saúde pública no País, vem declinando progressivamente.

Para melhorar o diagnóstico da doença pela bacilosкопia, vem sendo ampliada a Rede Nacional de Labo-

ratório de Tuberculose, o que irá fortalecer e facilitar o desenvolvimento da interiorização da luta contra a doença.

No combate à lepra, doença que apresenta a taxa nacional de prevalência de 1,3 doente por mil habitantes, foram destinados a cada unidade da Federação recursos financeiros, para suplementar despesas com o programa de integração das atividades de controle da doença.

Em fins do exercício, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN, visando a coordenar programas e a realizar estudos que sirvam de base para a formulação de uma política nacional, neste setor.

Além de vacinas, pesticidas e con-gêneres, quimioterápicos e antibióticos foram produzidos, em função de Convênio com a Central de Medicamentos — CEME, 21.255.433 comprimidos, drágeas e cápsulas e 584.910 frascos de diferentes medicamentos.

Trabalho e Previdência Social

Procurou-se, nesta área, ajustar o esforço administrativo à política do Governo, que promove a instauração de uma sociedade aberta e progressista e em marcha para uma distribuição gradual e equânime da renda, para a humanização da economia, para a multiplicação de oportunidades a todos os estratos da população e para a crescente participação de todos nos frutos do progresso.

No âmbito internacional, promoveu-se a defesa de nossos direitos à livre competição no comércio mundial, encarada como um dos fatores principais de solução do problema do emprego, porquanto se alicerça a política salarial em diretrizes que procuram conciliar o programa econômico com o programa social.

Não se dissociou a política salarial dos programas prioritários da área do Trabalho e Previdência Social, constituídos que são de medidas sociais interligadas, que visam adequar o desenvolvimento nacional à elevação do indivíduo.

As taxas de reajustamento salarial, calculadas em 1972, situaram-se acima dos percentuais indicativos do aumento do custo de vida, o que indica um crescimento gradativo do poder de compra que estão tendo os salários das diversas categorias profissionais, em consonância com o aumento da riqueza nacional.

A fixação dos novos níveis de salário-mínimo, para as diferentes regiões, propiciou a redução do número de fronteiras salariais, o que representa mais um passo para a uniformização do salário-mínimo em todo o País, cuja relação entre o maior

e o menor foi reduzida de 1,49 em 1971, para 1,47 no ano que findou.

Essa política de aproximação entre os máximos e os mínimos salariais proporcionou a fixação de um salário mínimo de único e mesmo valor para Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo e Distrito Federal.

Objetiva a política de emprego a expansão das oportunidades de trabalho, e assim absorver o acréscimo de oferta de mão-de-obra, reduzir os subempregos, urbano e rural, e aumentar a taxa de atividade econômica da população, elevando-se a 3,1% a sua média anual.

Componente nova, na força do trabalho, irá constituir-se, no final de 1973, com os adolescentes beneficiados pelo atual Sistema de Educação Nacional, os quais, já finalistas de curso médio, poderão optar mais cedo por um elenco de atividades profissionais. Deve, assim, a Classificação Brasileira das Ocupações — CBO, atuar intensamente e desempenhar papel de relevo na orientação vocacional da mocidade.

Para favorecer a ação da Política de Emprego, planejou-se a modernização e ampliação das Agências de Colocação, achando-se implantada, em caráter experimental, a Agência-Piloto de São Caetano do Sul (SP).

Tendo em vista a carência de especialização de mão-de-obra, instituiu-se o Programa Nacional de Valorização do Trabalhador — PNVT, para o triénio 1972/74, com o qual se objetiva preparar e aprimorar, profissional e culturalmente, cerca de 1 milhão e 500 mil trabalhadores.

Para o aprimoramento cultural do trabalhador brasileiro e seus dependentes, desenvolve-se, além das bolsas de estudo, a sua formação para a administração sindical, educação cívico-trabalhista, economia doméstica e alfabetização.

Convênios firmados com a UnB, em Brasília, e a Fundação Gaúcha do Trabalho, em Porto Alegre, possibilitaram a instalação, nas referidas Capitais, do I Curso de Vocalato destinado à preparação básica de Vogais para as Juntas de Conciliação e Julgamento.

A instituição de Cursos de Administradores Sindicais decorreu dos resultados obtidos pelas Comissões de Auditagem Sindical, que constataram a necessidade de corrigir falhas na administração de algumas entidades sindicais, originadas pela falta de preparo de seus dirigentes para as funções a que foram elevados.

Esses cursos, num total de 598 alunos concluintes, realizaram-se no decorrer do exercício, em 21 Capitais,

situando às 2 restantes para o exercício de 1973.

O II Concurso Sindical de Alfabetização, já no inicio do 2º semestre, contava com a participação de 118 Entidades Sindicais, de 13 Estados, somando um total de 11.143 alunos matriculados.

Acelerou-se o programa de treinamento intensivo de trabalhadores adultos iniciado em exercícios anteriores. Novas frentes de treinamento foram abertas, dando-se ênfase ao setor da Construção Civil.

A meta PNVT — I, que se desdobra em 10 Projetos de Treinamento Intensivo de Trabalhadores, já teve, em 1972, em 6 Projetos, sua previsão ultrapassada em 27.430 trabalhadores treinados, apresentando o total de 97.012 treinados e 20.418 em conclusão de treinamento.

A filosofia da atuação na área sindical funda-se no entrelaçamento e na harmonia, que devem existir entre as categorias econômicas e profissionais das Entidades Sindicais e as diretrizes traçadas pelo Governo.

A extensão do País e o Plano de Enquadramento Sindical justificam o número de 6.165 Entidades Sindicais legalmente reconhecidas, 13 Confederações, 225 Federações, 5.927 Sindicatos sob a responsabilidade político-administrativa do Ministério.

Durante o exercício, por intermédio do Programa de Valorização da Ação Sindical, fizeram-se doações no valor de Cr\$ 791.613,00 a inúmeras entidades sindicais do País, destacando-se gabinetes odontológicos, ambulâncias, aparelhos de raios X, eletrocardiografos, aparelho de cauterização e outros materiais correlatos.

A concessão de Empréstimos Financeiros beneficiou 22 Entidades Sindicais, totalizando os empréstimos autorizados a importância de Cr\$ 2.892.000,00.

Os empréstimos a trabalhadores sindicalizados alcançaram a cifra de Cr\$ 23.152.403,22, sendo de 220 o número de entidades sindicais atendidas.

Os convênios para Assistência Médica com Sindicatos alcançaram o número de 437, dos quais 234 já existiam ao findar o exercício de 1971.

No campo da previdência social e da prestação da assistência médico-social desenvolveram-se atividades de caráter normativo, com ampla repercussão na área.

No campo da atuária, destacam-se as modificações introduzidas no Sistema de Tarifa de Contribuição para o Seguro Integrado de Acidentes do Trabalho e os estudos médicos-atua-

riais necessários à aplicação da Medicina do Trabalho e outros ligados a reajustamento de benefícios.

Sobre a prestação de assistência médica, baixaram-se atos destinados a orientação dos órgãos da Previdência Social, como a instituição do Contrato-Padrão no tocante às Clínicas Médica, Cirúrgica e Obstétrica, à Psiquiatria e à Pneumotisiologia, e estabelecida a Classificação Hospitalar, de acordo com os critérios decorrentes de estudos e inspeções realizadas.

O atendimento de urgência por qualquer entidade hospitalar, independentemente da filiação do segurado, é medida já concretizada.

Número superior a 1.000.000 de requerimentos de benefícios foram examinados, com média mensal de despesa da ordem de Cr\$ 540.000.000,00. Com acidentados do trabalho, o INPS gastou 73,17% da receita apurada com seguro, atendendo a média de 4.957 acidentados, por dia útil trabalhado.

A transferência da Administração Central do IPASE para o Distrito Federal, a construção de unidades residenciais na área da Transamazônica, a entrega de moradias a funcionários em Brasília, a renovação de convênio com a Caixa Econômica Federal para empréstimos simples aos seus servidores, foram algumas das metas alcançadas pelo Instituto, em 1972.

A inauguração do Hospital dos Servidores da União, entregou à Capital da República um dos mais modernos hospitais do País, com 240 leitos.

Na Guanabara, foi reformado e reaparelhado o Hospital dos Servidores do Estado, passando o estabelecimento a figurar entre os da "Classe A".

Estão em vigor 930 convênios com a rede hospitalar privada e com o INPS para atendimento a funcionários, segurados e dependentes.

Valendo-se de recursos próprios, o IPASE proporcionou a seus associados auxílios diversos, fora do plano de previdência social, como empréstimos simples e imobiliários, em convênios com a Caixa Econômica Federal.

Concluíram-se os projetos de construção da sede do Instituto e da superquadra 207, no Distrito Federal, e ultimou-se o anteprojeto do edifício-sede de Curitiba. Foram entregues a funcionários 64 casas no bairro da Ceilândia, em Brasília, e Conjuntos Residenciais, num total de 1.277 unidades em diferentes Estados.

O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural ampliou sua faixa assistencial e dinamizou o Sistema de Benefícios, criado pela Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971.

Em convênios hospitalares, ambulatoriais e de assistência odontológica aos segurados, foram gastos, mensalmente, Cr\$ 17.078.550,00, ao mesmo tempo que se distribuiram implementos às casas de saúde convenientes, sindicatos e empresas sediadas em todo o Território Nacional.

Por intermédio do FUNRURAL, foram emitidos 542.429 carnês de aposentadorias — no total de Cr\$ 922.273.192,00, ficando em fase de codificação para emissão mais 59.577 talões, somando, assim, 602.006 o número de trabalhadores beneficiados.

Além da concessão de benefícios, a instituição do PRO-RURAL, como decorrência, beneficiou a zona rural, ao lhe possibilitar, mensalmente, a irrigação de recursos da ordem de 80 milhões de cruzeiros.

Comunicações

Para 1973, estabelecerá o Governo novos programas, na área das Comunicações, a fim de impulsioná-las e atender ao desenvolvimento geral do País. Paralelamente adotará medidas para acelerar a execução dos programas iniciada em 1972.

Assim, por intermédio da Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRAS, constituída em 1972, far-se-á a cordonação centralizada da implantação do Plano Integrado de Expansão Telefônica, a fim de nivelar-se ou equilibrar-se, em âmbito nacional, o sistema de telecomunicações públicas, e dar-lhe novas dimensões.

O processo de aglutinação de mais de 800 empresas hoje existentes será facilitado pela instituição de uma só empresa telefônica representativa em cada Estado ou Território, tolerando-se, somente em casos excepcionais, a existência de mais de uma concessionária por Estado, tendo em vista razões históricas de desenvolvimento e condições sócio-económicas de exploração dos serviços.

Possuirão, em 1973, sob o encargo direto da TELEBRAS, os estudos que visam à elaboração de um plano integrado e plurianual de expansão telefônica, de âmbito nacional. Aquela empresa caberá, ainda, impulsionar os inadiáveis programas de expansão necessários ao desenvolvimento e ao progresso das telecomunicações, particularmente de telefonia, mediante controle operacional, planejamento centralizado e fornecimento de recursos de financiamentos e investimentos no setor.

Serão elaborados, para as diferentes regiões do País, planos de expansão telefônica, constituídos de estudos da demanda dos serviços telefônicos urbanos e interurbanos, em cada região, e de programas minudê-

tes de implantação de metas físicas e financeiras anuais.

O conjunto dos planos regionais constituirá um plano de âmbito nacional que objetivará a implantação de 10 milhões de novos telefones no País, até 1985.

É política do Governo continuar incentivando a atividade das indústrias de equipamentos de comunicações, instaladas no País, assegurando-lhes mercado constante e crescente, e contemplando-as nos programas que serão elaborados neste setor.

Tal política busca não somente promover a criação de novos empregos e contribuir para a estabilidade social, econômica e financeira do setor, mas também alcançar a progressiva homogeneização e compatibilidade de equipamentos, além de promover substancial redução dos seus custos de produção.

Em 1972, implantaram-se, expandiram-se e modernizaram-se inúmeras indústrias de material e equipamento de comunicações, que mereceram grandes contratos, com visível cooperação da área privada ao esforço governamental e com reflexos positivos no campo econômico e no mercado de trabalho.

Tanto na área de telecomunicações como na dos serviços postais, intensificaram-se, em 1972, a formação e o treinamento do pessoal, o que permitirá a execução de novos e maiores projetos durante o corrente ano. Concluiu-se estudo geral sobre recursos humanos para o setor das telecomunicações; e organiza-se cadastro nacional de pessoal ocupado pelo setor. O treinamento do pessoal das empresas vinculadas vem-se fazendo não apenas dentro das próprias organizações, mas também com estágios diretos nas indústrias e mediante convênios com escolas técnicas e universidades. Também já se elabora o 1.º Plano Básico de Recursos Humanos para a área das telecomunicações, e estuda-se a implantação de um centro de treinamento de executivos, o preparo de instrutores, e tecnologias educacionais aplicadas ao setor.

No área postal, criaram-se mais dois centros de treinamento, em Recife e Bauru, e será iniciada a construção de um terceiro em Belo Horizonte.

Nessa área, estão em curso o Projeto ECO — para possibilitar o estudo e a implantação de novos métodos de trabalho pela ECT; e o projeto PNUD — que objetiva o fornecimento de serviços consultivos e a formação de pessoal em matéria de organização postal.

Possuiram, em 1972, os estudos que visam consolidar a legislação de telecomunicações no País, a fim de uniformizá-la e adequá-la à realidade atual, e criar instrumentos jurídicos

indispensáveis aos programas de profundidade que serão encetados no setor. Concluiu-se, no exercício, a revisão do Código Brasileiro de Telecomunicações e dos regulamentos complementares que, sob a denominação de Lei Básica das Telecomunicações, deverá ser submetida ao Congresso Nacional, no corrente ano.

Prosseguiu ativa a participação do Brasil nas reuniões e atividades dos organismos internacionais de comunicações, o que permitiu não somente manter os órgãos especializados do Governo a par dos mais recentes desenvolvimentos tecnológicos no setor, mas sobretudo resguardar os interesses nacionais nas importantes decisões políticas adotadas naqueles organismos.

Segundo política de participação cada vez mais efetiva e consciente, fez-se o Brasil representar, no ano de 1972, nas Reuniões Intermediárias das Comissões de Estudos do Comitê Consultivo Internacional de Radiocomunicações, realizadas em Genebra; nas Reuniões Finais das Comissões de Estudos e V Assembléia Plenária do Comitê Consultivo Internacional de Telegrafia e Telefonia, na 27.ª Sessão do Conselho de Administração da União Internacional de Telecomunicações — UIT; na Reunião do Comitê Ad Hoc da Comissão do Plano Mundial da UIT; e no Seminário sobre Administração e utilização do Espectro de Freqüências, organizado pela Junta Internacional de Registros de Freqüência da UIT; participando, também, da Primeira e Segunda Reuniões do Comitê Diretor Permanente, e Primeira Reunião das Comissões Técnicas Permanentes da Conferência Interamericana de Telecomunicações — CITEL, realizadas, respectivamente, em Caracas, Venezuela e no México.

Participou, ainda, o Brasil da reunião do Conselho Consultivo e Executivo da União Postal das Américas e Espanha — UPAE, realizada em Montevidéu, e do IV Seminário Postal, realizado em Madrid.

Importantes conclave internacionais deverão realizar-se no Brasil, em 1973: Seminário de Radiodifusão para a América Latina e o Caribe; Reunião da Comissão Permanente do Plano de Telecomunicações da América Latina; Reunião do Comitê Diretivo da Conferência Interamericana de Telecomunicações; e Reunião da Comissão Técnica Permanente II — Radiodifusão, cuja presidência está a cargo do Brasil.

Cabe, ainda, destacar o aumento sensível dos nossos meios de comunicações via satélite, além da conclusão do lançamento e instalação do cabo submarino, a ser inaugurado nos primeiros meses de 1973, entre o Brasil e as Ilhas Canárias, que ligará o País à rede internacional de cabos

submarinos, bem como as ligações diretas via rádio, com o Paraguai e a Bolívia, e circuitos em microondas para os mesmos países.

Concluiu-se, em 1972, a interligação telefônica de todas as capitais dos Estados entre si e com o Distrito Federal, e foram integradas ao Sistema de Discagem Direta à Distância 7 novas cidades, totalizando 39 localidades com este moderno sistema de telefonia automática.

A implantação, no País, em 1972, da TV a cores, abriu novas perspectivas para esse importante meio de divulgação da cultura e da informação, a par de produzir novas oportunidades nos campos econômico e social.

A promulgação da Lei que regula a renovação das concessões e permissões de Rádio foi outro importante evento que permitirá a reorganização nacional do setor.

Também em 1972, racionalizaram-se os serviços postais e concluíram-se 16 Linhas Troncos Nacionais, interligando entre si e com a Capital Federal, todas as capitais brasileiras, ao sul do rio Amazonas.

Merecerão especial ênfase, no setor das Comunicações, em 1973, os seguintes projetos e trabalhos específicos: coordenação das medidas necessárias à conclusão do plano de 1 milhão de telefones, nos prazos previstos; incentivo ao aprimoramento e à expansão dos sistemas de telefonia operados por empresas estaduais concessionárias representativas; definição do Sistema Nacional da Radiodifusão, especialmente quanto à reorganização da Radiodifusão sob responsabilidade oficial; utilização dos meios de comunicação para a teleeducação; transmissão de teleducação em áreas não servidas pelos sistemas comerciais; reestruturação e modernização dos Correios; e execução do Plano Setorial de Ciência e Tecnologia.

POLÍTICA EXTERNA

Relações Exteriores

A ação do Governo, na área das Relações Exteriores, desenvolveu-se no sentido de conferir ao Brasil posição cada vez mais atuante na comunidade internacional.

Com esse propósito, vem nossa política externa promovendo e defendendo os interesses do País, fortalecendo e estreitando os laços tradicionais de amizade que o ligam, em particular, aos países do Continente, e abrindo novas perspectivas de cooperação com as Nações africanas.

Resumem-se nos seguintes postulados as linhas mestras da política externa do País: a) defende o Brasil a mudança das regras da convivên-

cia internacional, define-se contra a cristalização de posições de poder, e se recusa a crer se desenrole a História, necessariamente, em benefício de uns e em prejuízo de outros países; b) à medida que um país cresce, aumentam as dimensões de seus interesses externos e, em consequência, como no caso do Brasil, sua participação e suas responsabilidades nas relações internacionais; c) cabe ao Brasil, dentro da comunidade internacional, parcela de decisão cada vez maior, e, em favor dos povos que, como o nosso, aspiram ao progresso, não deve deixar de usá-la; d) a verdadeira paz não pode ser identificada como a simples manutenção do status quo, como resultado do equilíbrio do poder, nem ser instrumento da ampliação da distância que separa as nações ricas das nações pobres; e) a verdadeira paz implica a mudança das regras do comércio internacional e a alteração da dinâmica de distribuição mundial do progresso científico e tecnológico, pois não há verdadeira paz sem desenvolvimento; f) a posição do Brasil é de ativa solidariedade com os países em desenvolvimento, competindo à diplomacia brasileira estreitar o entendimento com os povos que travam com o País a dura batalha do progresso; g) nossa política externa deve ser global, de íntima cooperação com os países em desenvolvimento e de intenso diálogo com os países desenvolvidos; e estar à altura do momento histórico, de expansão econômica e integração nacional, que vive o Brasil, bem como das profundas transformações ocorridas, nos últimos 25 anos no panorama mundial, com o surgimento de numerosos Estados, que conferiram nova dimensão à comunidade internacional, quando as relações entre os povos não mais se processam dentro de limites continentais ou áreas estanques, mas, ao contrário, se projetam como realização coletiva de toda a humanidade.

A diplomacia brasileira lançou-se em 1972, mais do que nunca, em linha de iniciativas intensamente criadoras, tanto nos foros bilaterais quanto nos multilaterais, nos campos políticos, econômico e psicossocial procurou apresentar novas idéias e programas originais de cooperação e atuação coletivas e reagiu contra todas as tentativas de uma divisão do mundo entre países que fazem a História e países que sofrem a História.

Se de um lado assumiu o Brasil a responsabilidade de numerosas iniciativas, para regular de forma justa o comércio de produtos de base, para favorecer o acesso das manufaturas dos países em desenvolvimento aos mercados altamente desenvolvidos e dar nova e mais justa forma ao Direito do Mar, de outra parte recusou-se a aceitar tudo o que pudes-

se atentar contra a intangibilidade do espaço geográfico brasileiro — nele incluído nosso mar territorial de 200 milhas — ou reduzir o ritmo de desenvolvimento do País.

Os marcos principais da atuação da Delegação do Brasil à XXVII Assembleia-Geral das Nações Unidas indicam terem sido atingidos em sua plenitude aqueles objetivos.

Nesse sentido, há que assinalar a consagração, naquela Assembleia, dos princípios que têm inspirado as formulações e atividades diplomáticas do Brasil, no que respeita as regras de boa convivência e boa vizinhança, no âmbito da exploração soberana dos recursos naturais, no quadro conceitual que se está formando para assegurar a preservação do meio ambiente.

Esses princípios — que ficaram consubstanciados no acordo argentino-brasileiro sobre recursos naturais — constituem, depois de expressiva aprovação pelo plenário daquela Assembleia, elemento básico e inarredável na construção paulatina dos sistemas normativos gerais.

Foi também a partir daqueles postulados que o Brasil ampliou mais ainda suas relações com os países latino-americanos, durante o ano de 1972.

Na Bacia do Prata, por exemplo, continuou-se a alargar a colaboração do País, com aqueles de longa e frutuosa tradição de diálogo com o Brasil. Procurou-se, igualmente com êxito, aprofundar uma política de cooperação com os países amazônicos e andinos, tornando a intimidade de convivência com as nações vizinhas do Prata também a característica de intercâmbio com a Guiana, o Suriname, a Venezuela, a Colômbia, o Equador, o Peru e o Chile. Expandem-se os contatos, também, com a América Central, com as Caraíbas e com o México.

Os encontros do Presidente da República com os Chefes de Estado da Argentina e da Bolívia, ocorridos no ano findo, criaram importantes mecanismos de cooperação bilateral e deram novo impulso à integração continental. No mesmo sentido, atuaram as visitas oficiais ao Brasil dos Chancleres da Bolívia, Guatemala e da Costa Rica.

A política de aproximação efetiva com a África, um dos marcos da diplomacia brasileira de 1972, empresta, de certa forma, continuidade e maior amplitude a esse processo de estreita ligação entre o Brasil e a América Latina. A política brasileira, sobretudo na América do Sul, está, e baseando no reconhecimento de um novo conceito de vizinhança. Intenta-se transformar a vizinhança geográfica em vizinhança real, as linhas fron-

teiras do mapa, em linhas de encontro, trocas e congraçamento.

Concentravam-se nossos esforços em estabelecer este novo conceito dinâmico de vizinhança com países vizinhos a oeste, ao norte e ao sul. Voltou-se, em 1972, para a fronteira leste do Brasil, que não é, na realidade, o Atlântico, mas os países da costa atlântica da África, dos quais estamos apartados apenas pelos fáceis caminhos do oceano.

Com esses países africanos tem o Brasil uma longa história comum. E tem também, no presente, uma tradição de cooperação no necessário ordenamento dos mercados de produtos tropicais.

Nas conversações mantidas entre o Chanceler brasileiro e seus colegas africanos, evidenciou-se o entendimento comum sobre a necessidade de que se fortaleça e aprofunde a ação das Nações Unidas e de seus organismos especializados em favor do progresso econômico, social e cultural dos países em desenvolvimento, permitindo-se reduzir o hiato que os separa dos países altamente industrializados.

Tanto na América Latina e na África, quanto em outros foros, a política brasileira será cada vez mais a de identificar as coincidências, a de reduzir as possíveis e naturais divergências, a de criar bases sólidas — econômicas, comerciais, culturais — para uma ação política coordenada de uma grande parte do mundo.

A enorme contribuição que esta parte tem dado ao progresso global da humanidade não guarda relação com os magros benefícios que tem recebido para os frutos de sua inventividade e de seu trabalho.

A ação política, assim definida, é o corolário natural da história diplomática do Brasil, da política exterior de um país de vocação pacífica e pacificadora, que crê na fraternidade indispensável entre os povos e aspira a uma crescente colaboração entre todas as nações.

Gracas ao elevado grau de entendimento entre o Brasil e Portugal, o ano de 1972, em que o Brasil comemorou o Sesquicentenário de sua Independência, foi marcado por acontecimentos que vieram fortalecer a Comunidade Luso-Brasileira. Trasladaram-se para o Brasil os restos mortais de D. Pedro I, trazidos pelo próprio Presidente da República de Portugal, o Almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz, em gesto que muitos sensibilizou. Posteriormente, visitou o Brasil e presenciou a cerimônia de inumação o Presidente do Conselho de Ministros, Professor Marcello Caetano, Chefe do Governo de Portugal.

O ano de 1972 registrou, ainda, a promulgação de decretos que dispõem

sobre a estrutura, funcionamento e competência do Ministério das Relações Exteriores, sobre o Grupo Diplomacia e sobre a progressão funcional na Carreira de Diplomata. Tais diplomas implicam amplas e profundas mudanças, e contribuição, certamente, para conferir maior eficiência ao serviço diplomático brasileiro.

POLÍTICA INTERNA E SEGURANÇA

Justiça

Empenhou-se o Governo na preservação da ordem jurídica, dos direitos políticos, das garantias constitucionais e da segurança interna, revelando-se completo entrosamento entre todas as áreas governamentais.

Realizaram-se, na mais perfeita ordem, as eleições para escolha de prefeitos e vereadores em 3.862 municípios.

No exercício da sua competência constitucional e legal, processou o Ministério a repressão ao tráfico de entorpecentes e ao contrabando; a apuração de ilícitos contra bens, serviços e interesses da União; a defesa dos direitos da pessoa humana; a supervisão normativa e a orientação dos sistemas penitenciários, do trânsito e de assistência aos menores; a representação e defesa da União em Juízo e diligências, junto ao Poder Judiciário; e a divulgação, documentação e arquivo dos atos oficiais.

Procedeu a Comissão Geral de Investigações a 173 apurações de responsabilidade, e encaminhou 12 processos de enriquecimento ilícito, 4 dos quais deram origem a decretos de confisco de bens.

Continuaram sendo selecionadas as observações relativas ao Código Penal, e prosseguiu-se na apreciação do Código de Processo Penal, da Lei das Contravenções Penais, do Código de Menores, do Código de Direito do Autor e Direitos Conexos, do Código da Navegação, do Código Civil e da Lei de Registros Públicos, com o objetivo de aprimorar a ordem jurídica e proporcionar o aperfeiçoamento do Direito pático. É de ressaltar-se o encaminhamento ao Congresso Nacional, do Projeto do Código de Processo Civil, aprovado pelo Legislativo, ao final de 1972, e sancionado a 11 de janeiro do corrente ano.

Deu o Ministério Público da União atuante continuidade a sua atribuição de representar a União em Juízo e zelar pelo cumprimento das Leis e dos atos emanados dos Poderes Públicos.

Além do atendimento das Vara Civil, de Órfãos e Sucessões, de Família, de Menores e da Fazenda Pública, promoveu o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios o necessário exercício de funções ligadas à Procuradoria Regional Eleitoral.

As Procuradorias Gerais da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho prosseguiram no esforço de colaborar para o esclarecimento da Justiça, em seus aspectos peculiares, oferecendo contribuição apreciável na fiscalização e observância do cumprimento da legislação vigente.

Aprovou-se a nova estrutura do Departamento de Polícia Federal, que lhe permite nova estratégia operacional e a flexibilidade e dinâmica exigidas pelos modernos padrões de comportamento da área de sua competência.

Foram bastante significativos os resultados obtidos na prevenção e repressão do terrorismo e os êxitos na neutralização de engenhos explosivos em cartas postais e detenção de agentes internacionais do tráfico de entorpecentes e drogas.

Resultados expressivos alcançou o Departamento Federal de Justiça, com a implantação de novos métodos de trabalho e aperfeiçoamento da rotina administrativa.

Nas comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, intensa foi a atuação do Arquivo Nacional, promovendo relevantes iniciativas nesse ano de grandes celebrações cívicas.

Deu-se ênfase, também, em 1972, aos programas da reforma do tratamento do menor, adotando-se modernos métodos pedagógicos a que se vinculam 17 centros de recepção e triagem, e 5 centros de reeducação.

É de ressaltar-se a dimensão internacional, conquistada nessa área, com a realização do IV Congresso Interamericano do Ministério Público, no qual participaram 17 países da comunidade americana, e com a II Conferência de Ministros da Justiça dos países hispano-luso-americanos e Filipinas.

São diretrizes para a ação setorial, em 1973:

I — Revisão ou elaboração de Códigos, e consolidação de leis em certas áreas. II — Elaboração de Leis Complementares da Constituição e Regulamentação de Dispositivos Constitucionais, tais como: regiões metropolitanas (art. 164); criação de Municípios (art. 14); criação de Estados e Territórios (art. 3.º); remuneração de vereadores das Capitais e Municípios com população superior a 200.000 habitantes (art. 15, § 2.º); regime das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais (art. 167); definição dos crimes de responsabilidade e infrações político-administrativas dos Prefeitos e cassação ou extinção dos mandatos de vereadores; contribuição de melhoria; loteamento e uso do solo urbano e outros. Nesse campo objetivar-se-á

implantação de procedimentos para reformular a estrutura das unidades políticas do sistema municipal brasileiro, avaliá-las institucionalmente em face da realidade do País, redefinir-lhes a respectiva competência, possibilitar o reexame da discriminação de rendas e proporcionar a assistência técnica permanente por parte do Poder Central. III — Ampliação da Justiça Federal em seus dois graus; da Justiça do Trabalho, com novas juntas; e da Justiça Militar, com aparelhamento para cumprir seus objetivos, notadamente quanto aos crimes contra a segurança nacional. IV — Reorganização do Ministério Público da União, com instalações condignas e instrumental necessário para seu funcionamento e sua atuação junto à Justiça Federal e dos Territórios, bem como junto à Justiça do Trabalho e Militar. V — Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal para ação mais eficiente na execução dos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras. VI — Instalação e aparelhamento do Departamento Nacional de Trânsito. VII — Programa de assistência às penitenciárias estaduais. VIII — Reorganização da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público. IX — Programa de assistência a menores, a cargo da FUNABEM.

Marinha

As unidades navais brasileiras, dentre suas inúmeras operações, em 1972, tiveram oportunidade de exercitarse em companhia de outras unidades navais de nações amigas, num intercâmbio de experiências e conhecimento altamente proveitoso.

As operações Springboard e Veritas, na área do Caribe, mostrando nossa Bandeira em vários portos estrangeiros, apresentam, além dos benefícios inerentes aos exercícios realizados, condições de aprimorar o adestramento na condução dos navios em longos cruzeiros, e na faina de transferência de óleo e água no mar.

A operação Papagaio, com elementos do Corpo de Fuzileiros Navais e contingentes do Exército Brasileiro, possibilitou a aquisição de novos dados para a formulação de procedimentos e doutrina comuns, para as operações conjuntas.

As forças Distritais tiveram, como principal atividade, a Patrulha do Mar Territorial, além de se terem empenhado em comissões de adestramento, transporte e outras.

Dentre as comissões, manobras e exercícios realizados destacam-se: Operação "DRAGÃO VIII", no litoral do Espírito Santo; Operação "UNITAS XIII", com a participação de unidades norte-americanas; Operação "SPRINGBOARD-72", na área de

Porto Rico, juntamente com unidades das Marinhas Norte-Americana, Canadense e Venezuelana; Operação "VERITAS V", na região de Vieques — Porto Rico; Operação "NINFA I", em conjunto com a Marinha Paraguaia; Operação "PAPAGAIO", na área limítrofe dos Estados do Pará e Goiás, em conjunto com unidades do Exército Brasileiro; Exercício com o Cruzador Vitorio Veneto da Marinha Italiana; Viagens de Instrução de Aspirantes da Escola Naval, de Oficiais e Guardas-Marinha da Escola de Formação de Oficiais da Reserva, bem como para os alunos da Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro e Universitários.

Além dessas, realizaram-se operações de fundo sócio-assistencial de auxílio às populações ribeirinhas de diversas regiões, principalmente da Amazônia; de apoio ao Território Federal de Fernando de Noronha; aos Projetos RONDON E MAUÁ; às outras Forças Armadas; e a Governos Estaduais.

Dentre as Missões de Representação, cabe mencionar: a de apoio ao encontro dos Presidentes do Brasil e Bolívia, em Ladário; a de apoio à visita do Presidente da República a Santarém; e ainda a Operação Ipiranga — escolta dos despojos de D. Pedro I — e visita à cidade de Iquitos, por ocasião dos festejos comemorativos da Independência do Peru.

Importa mencionar, ainda, as Comissões Hidrográficas, Oceanográficas e de Sinalização Náutica, para levantamentos de dados, e outras como: a Operação SUL II, a SEREMAR III, a CICAR III, a GEOMAR IV, a GEOMAR V, e as Operações de levantamentos de dados e estudos de mares em Fernando de Noronha, Trindade, Santana, Ilha Fiscal, Ilha de Maracá, e de levantamento pluviométrico do Rio Amazonas.

As 55 missões de Patrulha de Mar Territorial foram assim distribuídas: 48 na área Norte, 3 no Nordeste, e 4 na área Sul.

Efetivaram-se cinqüenta e seis comissões, entre operações de socorro, reboque e desencalhe, na costa e em alto-mar, além de missões de Busca e Salvamento, por embarcações de pequeno porte em águas interiores.

Incorporaram-se às Unidades Navais os seguintes vasos e embarcações: Submarino "RIO GRANDE DO SUL"; Contratorpedeiro "MARANHÃO"; Submarino "RIO DE JANEIRO"; Navio Transporte Fluvial "PARAGUASSU"; Submarino "GUANABARA"; Aviso Hidrográfico "CAMOCIM"; Aviso Hidrográfico "CARABELAS"; Contratorpedeiro "MATO GROSSO"; Navio Varredor "ATALAIA" e o Navio Varredor "ARAÇATUBA".

Por sua vez, foram desincorporados: o Submarino "RIO GRANDE DO SUL"; o Navio Patrulha "PIRAQUÉ"; o Aviso Oceânico "BRACUÍ" e o Contratorpedeiro "MARIZ E BARROS".

Na área da Marinha, criaram-se, em 1972, o Centro Médico Naval Marcílio Dias; cargos de Adido Naval Junto às Embaixadas do Peru, Paraguai e Bolívia; cargo de Adido das Forças Armadas Junto à Embaixada da Grécia; e sessenta e nove Capatazias.

Proseguiu, no Ministério da Marinha, a implantação da sua Estrutura Básica, em consonância com o Decreto-lei n.º 200/67 — Reforma Administrativa. Em decorrência, foram aprovados novos Regulamentos e Regimentos para os seguintes órgãos: Corpo de Fuzileiros Navais; Centro de Fluviais de Pirapora; Quartel de Marinheiros; Centro de Instrução Almirante Graciosa Aranha; Comissão Naval Brasileira em Washington; Escolas de Aprendizes Marinheiros; Hospitais Navais; Colégio Naval; Centro de Informações da Marinha; Imprensa Naval; e Diretoria de Aeronáutica da Marinha.

Vem a Marinha colaborando com o desenvolvimento econômico e social do País, não só no que se relaciona com o Poder Marítimo, mas também, pela participação efetiva em áreas consideradas prioritárias pelo Governo. Para a consecução destes objetivos foram estabelecidas as Políticas e Diretrizes Básicas da Marinha, elemento orientador ao cumprimento da Sistematica do Plano Diretor da Marinha.

Nos diversos cursos realizados em 1972, observaram-se os seguintes totais de matrículas: Curso Básico da Escola de Guerra Naval, 147 oficiais; Curso Básico Avulso da Escola de Guerra Naval, 298 oficiais; Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, 68 oficiais; Curso Superior de Guerra Naval, 19 oficiais; Cursos de Aperfeiçoamento, 119 oficiais e 640 sargentos; Cursos de Especialização, 2.697 cabos e marinheiros; Cursos de Subespecialização, 102 cabos e marinheiros; e Curso de Formação de Sargentos, 400 cabos e marinheiros.

Além desses, realizaram-se, entre outros, os seguintes cursos: Informações; Medicina Esportiva; Informações para Oficiais; Técnica de Ensino — Administração de Pessoal — Operador de Cinema; Emergência em Medicina Submarina — Mergulhador Autônomo — Escafandria; Técnico de Eletrônica; e Manutenção do Sistema SEACAT.

No campo da pesquisa, várias foram as realizadas pela Marinha, em 1972, nas áreas da bioquímica, biologia marinha, eletrônica, nucleônica, oceanografia física, química e sonar. Dentre

essas, merecem destaque: a identificação de organismos marinhos e determinação de produtividade primária de massas d'água; métodos de controle de aquicultura e controle de culturas em aquários; testes para erradicação do caramujo; medidas de altura de camada ionosférica e abalos sísmicos.

Exército

Registrado 1972 assinalados progressos na atividade nacional. Em clima de ordem e de confiança na orientação do Governo da Revolução, usufruiu o povo brasileiro a tranquilidade necessária para o labor comunitário e fecundo na obra do engrandecimento da Pátria.

Dentre as atividades do Exército, pela estreita vinculação com o êxito global da Nação, ganha realce o exercício vigilante de sua responsabilidade de garantir nossa marcha para o desenvolvimento.

Coeso e disciplinado e devidamente empenhado nas tarefas profissionais; motivado pela continuada modernização dos equipamentos utilizados; buscando, na harmonia com as Forças Irmãs, o aumento de eficiência na missão comum de prover segurança; rearticulando-se para cumprir a parte que lhe cabe como fator de integração nacional, pôde o Exército, também, dar sua contribuição efetiva em atividades ligadas ao Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento — PND.

Objetivando a simplificação administrativa e a liberação do pessoal militar de encargos prescindíveis e estranhos à atividade-sim, extinguiram-se granjas, armazéns reembolsáveis e outros estabelecimentos comerciais, em guarnições servidas por congêneres civis. Criaram-se Inspetorias Seccionais de Finanças, para assegurar eficiente acompanhamento da execução financeira de todas as unidades administrativas disseminadas pelo território, bem como a Diretoria Patrimonial de Brasília, e o Centro de Operações Cartográficas.

O Fundo do Exército permitiu acelerar a execução de projetos essenciais, mediante suplementação de recursos. A abertura de créditos e provimento de numerário para as verbas orçamentárias, por parte da Administração Federal, refletiram-se de forma altamente positiva na atividade administrativa, em todos os escalões do Exército.

Com as modificações na estrutura da Força Terrestre, determinadas no final do exercício, passaram a funcionar, reorganizadas, as Divisões e Brigadas e os Grupamentos atingidos por aquelas modificações.

Prosseguiram as mudanças da sede de Grandes Unidades e Unidades, em obediência às necessidades

de rearticulação dos meios, destacando-se: o Comando da 11.ª Brigada de Infantaria Blindada; o Comando da Artilharia Divisionária da 2.ª Divisão de Exército; o 2.º Regimento de Carros de Combate; e uma Companhia de Infantaria, com sede em Crateús — CE.

O material adquirido na indústria nacional e estrangeira vem sendo distribuído às Unidades reorganizadas, proporcionando-lhes substancial aumento de operacionalidade e motivando seu pessoal para o exercício da atividade-sim.

Como coroamento da instrução dos quadros e da tropa, realizaram-se manobras e exercícios programados por todos os Exércitos e Comandos Militares de Área, dentre os quais, a manobra do III Exército, com a participação da Força Aérea Brasileira e da Escola de Comando e Estado-Maior, em que foram testadas a flexibilidade e capacidade de movimento das Brigadas de Cavalaria Mecanizada e de Infantaria Motorizada; os exercícios no terreno, em quadro de guerra revolucionária, com a participação de tropas da 8.ª Região Militar e do Comando Militar do Planalto, na região do Alto Araguaia.

As Olimpíadas do Exército, realizadas em Porto Alegre, mostraram mais uma vez o elevado índice de preparo físico dos quadros e da tropa e propiciaram a confraternização entre os militares das várias regiões e o meio civil.

A tranquilidade reinante em todo o País é o melhor testemunho dos bons resultados no campo da segurança interna, a despeito dos exemplos de perturbação da ordem no exterior, que poderiam estimular o recrudescimento da subversão e do terrorismo em nosso território.

A coordenação estreita entre os órgãos de informações e de segurança federais e estaduais permitiu neutralizar, no nascedouro, a ação de grupos que pretendiam, à falta de outras possibilidades, lembrar sua existência à opinião pública nacional. Fracassaram suas tentativas no meio rural, tanto quanto já vinham sendo inócuas as experiências nos grandes centros.

O aperfeiçoamento da instrução do pessoal de informações inverteu a incidência de baixas nos encontros com grupos armados das organizações terroristas; estes últimos, ao contrário do que ocorria no passado, sofreram perdas numerosas e de difícil substituição.

Merecem destaque, nas atividades relacionadas com pessoal, a movimentação dos quadros em decorrência de promoções, cursos, problemas de saúde e disciplina, necessidades de nivelamento e atendimento de direito dos

que completaram tempo de fronteiras; as promoções no funcionalismo civil, paralisadas desde 1964 e normalizadas no corrente exercício; o apoio, na mudança e na instalação, ao pessoal que se transfere para Brasília, bem como as novas condições de habitação e locais de trabalho, com reflexos positivos no moral e no rendimento do serviço; e a elaboração dos Quadros de Lotação do Pessoal Civil e de Pessoal Temporário, dando continuidade à substituição gradativa de militares empenhados em misteres não essencialmente profissionais.

No campo de ensino, tiveram maior significação: o funcionamento incorporado do 1º ano da Escola de Comando e Estado-Maior; a requalificação de mais de 80% dos sargentos de qualificações militares extintas; a instalação, no Centro de Estudos de Pessoal, de moderno laboratório de complementação da aprendizagem de línguas; e a diplomação de oficiais-engenheiros em mestrado e doutorado de Engenharia Nuclear, Engenharia Química e outros campos de interesse militar.

No campo de pesquisa, cumpre assinalar: o contrato com firmas franco-alemanas para transferência de tecnologia dos sistemas de armas COBRA e ROLAND, com a entrega das primeiras remessas já efetivada; a implantação, no Campo de Provas da Marambaia, de um sistema de rastreamento de mísseis táticos, em convênio com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; as provas com novos armamentos, blindados e propelentes, destacando-se: os Lançadores Múltiplos 108R, o foguete X-40 lançado da Barreira do Inferno e os Carros de Reconhecimento sobre Rodas.

Segundo a política de reaparelhamento, adquiriram-se, aproximadamente, 1.500 viaturas militares e administrativas na indústria nacional e cerca de 680 blindadas e material de artilharia; prosseguiu-se na fabricação e transformação do armamento leve, com padronização de calibre; equiparam-se as unidades, parques e depósitos de manutenção, com farramental e suprimento; adquiriram-se embarcações fluviais, material de transposição de cursos de água e purificação de água, e para reaparelhamento das unidades de Engenharia de Combate; modernizou-se a rede fixa do Exército, mediante a utilização dos novos sistemas de transmissão, com apoio do Ministério das Comunicações; e intensificou-se o uso da indústria civil para fabricação de fardamento e calçado para a tropa.

Foram construídas mais de 1.836 unidades residenciais em Brasília — DF, sem prejuízo da construção de habitações nas guarnições mais lon-

ginhas. Grande impulso foi dado à construção de palióis, que atenderão à estocagem das novas dotações de munição; e constroem-se quartéis e residências na Rodovia Transamazônica e no Vale do Rio S. Francisco.

O Exército continuou a participar do esforço para o desenvolvimento, condicionando sua cooperação ao pleno exercício da atividade-sim, particularmente nos setores de Educação, Transporte e Ação cívico-social.

Dentro da orientação seguida há alguns anos, o Exército vem desenvolvendo, em concomitância com manobras e exercícios no terreno, atividades que objetivam amparar e integrar populações interioranas carentes de recursos. Por outro lado, deu continuidade às "Colônias de Férias", que congregam nos quartéis grande número de crianças, aproximando-as da família militar e incentivando a prática de desportos.

Por ocasião de calamidades ocorridas no Sul, no Norte e no Nordeste, as tropas localizadas nas áreas atingidas atuaram prontamente no socorro às vítimas, efetuando a evacuação, e prestando assistência médica de emergência.

Mediante convênio firmado com a Central de Medicamentos, o Laboratório Farmacêutico do Exército vem participando da consecução dos objetivos visados com a criação daquele órgão.

Em 1973, estarão instalados na Capital Federal todos os órgãos de cúpula do Ministério; e prosseguirá a aplicação do Projeto Especial de Reaparelhamento, cujas aquisições no País e no exterior, bem como as metas de fabricação, já se acham programadas. Os resultados alcançados nos três últimos anos são suficientemente significativos para que o Governo estenda sua vigência, pelo menos, até 1974.

Com o término da construção de quartéis na Amazônia e no Vale do Rio São Francisco, será impositiva a ampliação dos efetivos do Exército, cujos tetos já não comportam o atendimento das necessidades de presença em grandes áreas que se vivificam no acelerado ritmo do crescimento brasileiro.

O Exército está pronto para viver, em 1973, um ano de intensa atividade profissional, cônscio de sua responsabilidade na continuada afirmação dos princípios da Revolução Democrática de 31 de março de 1964 e na segurança interna e externa, planejando seu desdobramento para fazer-se presente em todo o vasto território com a eficiência, o altruismo, a consciência cívica e a vocação pioneira que ajudam, há 150 anos, a construir a grandeza do Brasil.

Aeronáutica

A missão do Ministério da Aeronáutica, em 1972, cumpriu-se em seus aspectos primordiais.

Em prosseguimento à Reforma Administrativa, criou-se a Secretaria General da Aeronáutica, a Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo, incorporando-se a esta os serviços de Cartografia, Meteorologia Aeronáutica e Busca e Salvamento. Constituiu-se, também, a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (INFRAERO), e ativou-se, em Anápolis, a Primeira Ala de Defesa Aérea, sede dos poderosos aviões de interceptação Mirage III.

Nas operações do Correio Aéreo Nacional, registraram-se os elevados índices de vinte milhões de quilômetros percorridos e de 75 mil horas de voo, para um total, da Força Aérea, de 200.000 horas, alcançado em 1972.

Dada a premissa de operar com efeitos mínimos, mas valorizados pela qualificação, intensificaram-se as atividades de recrutamento, formação e aperfeiçoamento de pessoal. Verificou-se, no entanto, a conveniência de aumentar os efetivos de Oficiais e Praças, pelas necessidades advindas com o desenvolvimento do País bem como o efetivo em pessoal civil, cujo quadro de 24.229 cargos e funções, conta atualmente com 16.812 ocupantes.

Formaram-se, no ano, 853 Sargentos, 111 Oficiais, e aperfeiçoaram-se 307 Capitães, e 130 Oficiais Superiores.

Com o fim de corrigir a deficiência de material aéreo, e evitar maior dispêndio em gastos de manutenção com aeronaves obsoletas, efetuaram-se estudos e planejamento, objetivando-se dotar a Força Aérea Brasileira de aviões e suportes capazes de lhe proporcionar os meios necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.

Cuida-se de melhorar, com rapidez, as condições do material aéreo, não só para substituir aeronaves obsoletas como para evitar excessivas despesas de manutenção com material de baixo rendimento.

Tomam-se providências, dessa maneira, para dotar a Força Aérea Brasileira de material adequado ao exercício de sua missão no campo aeroespacial, inclusive no que respeita a seu emprego na Guerra Revolucionária, bem como para proporcionar à indústria aeronáutica brasileira a assimilação de moderna tecnologia que lhe permita desenvolver no futuro, projetos de aeronaves que atendam nossas necessidades.

Prevê o plano de reequipamento do material aéreo a aquisição no exterior e fabricação no Brasil, de aproximadamente 200 aeronaves, que permitirão à Força Aérea Brasileira estar adequadamente equipada, em 1978, com mais

de 50% de aviões de procedência nacional.

Apresentando altos índices de crescimento nos últimos anos, o transporte aéreo revelou um crescimento na ordem de 25%, no exercício de 1972; o que exigiu modernização adequada ao número cada vez maior dos usuários.

Nesse sentido, aceleraram-se as construções dos Aeroportos de Manaus e do Galeão, e vários outros sofreram remodelações ou foram reconstruídos em suas áreas de manobras, pistas, pátios de estacionamento, e estações de passageiros. Além disso, implantou-se atualmente, na área Rio—São Paulo—Belo Horizonte—Brasília, moderno sistema de proteção, com cobertura efetiva de radares de rota, cuja entrada em operação, em 1975, permitirá fluxo de tráfego aéreo maior e mais rápido, e com mais efetiva segurança no controle.

Com vistas ao desenvolvimento da Amazônia, destinaram-se àquela região, em 1972, por intermédio do Ministério da Aeronáutica, aproximadamente 14 milhões de cruzeiros, exclusivamente para construção e melhorias de aeroportos, fora os recursos da ordem de 30 milhões de cruzeiros, para o Aeroporto Internacional de Manaus.

Presentemente, fazem-se estudos no sentido de dotar a Amazônia de uma rede aeroviária, conjugada ao sistema

rodoviário existente, bem como ao sistema hidroviário da região.

Concluiram-se, em 1972, as obras do Aeroporto de Boa Vista e prosseguiram as de Tefé, Tabatinga, Rio Branco e as da Estação de Passageiros de Manaus. Todas com términos previstos para o primeiro trimestre de 1973.

Como resultado dos incentivos às empresas de aeronaves, por meio de encomendas de aviões para a frota do Ministério da Aeronáutica, iniciou-se o recebimento de 180 aviões à reação — jato puro — do tipo Xavante; de 80 aviões turbo-hélice, do tipo Bandeirante; e de 150 aviões de treinamento básico e avançado, do tipo Universal. Ainda para incremento daqueles incentivos, testam-se as potencialidades do Parque Industrial Nacional, para fabricação de peças, equipamentos e sistemas usados nas aeronaves daquela frota, e, assim, proporcionar aprimoramento da qualidade, elevação do conhecimento e diminuição das necessidades de importação de peças.

Tem o Governo ensejado às empresas privadas de manutenção de aeronaves cargas de trabalhos complementares que, de maneira efetiva, contribuem para o bom desempenho dessas empresas.

Beneficia-se, ainda, a Indústria Nacional, com a necessidade de subcontratação pelas empresas constru-

toras de aeronaves. Isso se verifica, por exemplo, com as 170 empresas que são subcontratadas pela EMBRAER, para manufatura de peças, componentes e equipamentos necessários à fabricação do Bandeirante, do Xavante e do Ipanema.

Consolidou-se, no exercício de 1972, a implantação da Indústria Aeronáutica Brasileira. Desenvolveu-se a indústria de manutenção e de peças sobressalentes; e elevou-se o nível tecnológico e a qualidade do produto.

Caminha, desse modo, a Indústria Aeronáutica Brasileira para um estágio adulto, impondo-se no mercado interno, e projetando-se no internacional.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Declaro cumpridas as finalidades da presente sessão. Cabe-me anunciar que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal realizarão amanhã, dia 2, sessões ordinárias nos respectivos horários regimentais.

Antes de encerrar a presente sessão, desejo agradecer às autoridades que nos honraram com a sua presença, convidando-as para uma recepção que se realizará no Salão Nobre do Senado Federal.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se às 15 horas e 35 minutos.)

MAR TERRITORIAL

DOIS VOLUMES CONTENDO 862 PÁGINAS

- REUNIÃO DO COMITÉ JURÍDICO INTERAMERICANO
- CONFERÊNCIA SOBRE O DIREITO DO MAR (GENEBRA 1971)
- 58 CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR DE HAIA
- ARTIGOS SOBRE O MAR TERRITORIAL
- PRONUNCIAMENTO NO CONGRESSO SOBRE ASSUNTOS DO MAR
- OS NOVOS CAMINHOS DO MAR
- LEGISLAÇÃO E ACORDOS INTERNACIONAIS INTERESSADOS
- LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA
- ACORDOS INTERNACIONAIS
- REUNIÃO LATINO-AMERICANA SOBRE ASPECTOS DO DIREITO DO MAR

PREÇO DE VENDA: DOIS VOLUMES CR\$ 35,00

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 7, DE 7-9-70

COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464)
- Instalação — 1^a Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2^a Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)

DISCURSOS

(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide índice de oradores)

DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

EMENDAS

- (DCN — 2-9-1970, pág. 477)
- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

MENSAGEM N.º 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

- Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

SANÇÃO

- Lei Complementar nº 7/70 (D.O. — 8-9-1970, 1^a pág.)

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

- (DCN — 3-9-1970, pág. 558)
- Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTOS DE DECLARAÇÕES DE

(DCN — 4-6-1970, pág. 617)

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA DIRETORIA
DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

DIRETRIZES E BASES PARA O ENSINO

**(OBRA ELABORADA E REVISADA PELA DIRETORIA DE
INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)**

Dois Volumes com 638 páginas

HISTÓRICO DA LEI N.º 5.692 DE 11 DE AGOSTO DE 1971

PREÇO DE VENDA DOS DOIS VOLUMES — CR\$ 30,00

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal

DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção

LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

NUMEROS PUBLICADOS

	Cr\$
— março n.º 1 (1964)	5,00
— julho n.º 2 (1964)	esgotada
— setembro n.º 3 (1964)	"
— dezembro n.º 4 (1964)	5,00
— março n.º 5 (1965)	5,00
— junho n.º 6 (1965)	esgotada
— setembro n.º 7 (1965)	"
— dezembro n.º 8 (1965)	"
— março n.º 9 (1966)	"
— junho n.º 10 (1966)	"

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 10 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— setembro n.º 11 (1966)	esgotada
— outubro a dezembro n.º 12 (1966)	"
— janeiro a junho n.ºs 13 e 14 (1967)	"
— julho a dezembro n.ºs 15 e 16 (1967)	"
— janeiro a março n.º 17 (1968)	5,00
— abril a junho n.º 18 (1968)	5,00
— julho a setembro n.º 19 (1968)	5,00
— outubro a dezembro n.º 20 (1968)	5,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 20 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— janeiro a março n.º 21 (1969)	5,00
— abril a junho n.º 22 (1969)	5,00
— julho a setembro n.º 23 (1969)	5,00
— outubro a dezembro n.º 24 (1969)	15,00
— janeiro a março n.º 25 (1970)	10,00
— abril a junho n.º 26 (1970)	10,00
— julho a setembro n.º 27 (1970)	10,00
— outubro a dezembro n.º 28 (1970)	10,00
— janeiro a março n.º 29 (1971)	10,00
— abril a junho n.º 30 (1971)	10,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 30 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— julho a setembro n.º 31 (1971)	10,00
----------------------------------------	-------

SUMARIO

COLABORAÇÃO

As Diversas Espécies de Lei

Senador Franco Montoro

Organização Jurídica do Notariado na República Federal da Alemanha (Um Estudo da Solução de Problemas Insolúveis no Brasil)

Prof. A. B. Cotrim Neto

O Congelamento do Poder Mundial

Embaixador J. A. de Araújo Castro

O Planejamento e os Organismos Regionais como Preparação a um Federalismo das Regiões (a experiência brasileira)

Prof. Paulo Bonavides

Aspectos Polêmicos do Estatuto Jurídico da Mulher Casada — Lei número 4.121, de 27-08-62

Prof. Carlos Dayrell

Situação Jurídica da NOVACAP

Dr. Dario Cardoso

Os Direitos Autorais no Direito Comparado

Pro. Roberto Rosas

Perguntas e Reservas a Respeito do Plano de Integração Social

Prof. Wilhelmus Godefridus Hermans

Euclides da Cunha e a Rodovia Transamazônica

Dr. G. Irenó Joffily

O Senado e a Nova Constituição

Dr. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo

O Assessoramento Legislativo

Dr.ª Atyr de Azevedo Lucel

Decretos-Leis

Dr. Caio Torres

Iniciativa e Tramitação de Projetos

Jésse de Azevedo Barquero

Os Direitos da Companheira

Ana Valderez A. N. de Alencar

Poluição

João Bosco Altoé

— outubro a dezembro n.º 32 (1971) 10,00

SUMARIO

COLABORAÇÃO

Política do Desenvolvimento Urbano

Senador Carvalho Pinto

O Problema das Fontes do Direito. Fontes Formais e Materiais. Perspectivas Filosófica, Sociológica e Jurídica

Senador Franco Montoro

A Televisão Educativa no Brasil

Prof. Gilson Amado

RUY, a Defesa dos Bispos e a Questão do Foro dos Crimes Militares: Duas Retificações Necessárias

Prof. Rubem Nogueira

A Proteção Jurisdicional dos Direitos Humanos no Direito Positivo Brasileiro

Des. Hamilton de Moraes e Barros

Sobre a Metodologia do Ensino Jurídico

Prof. Hugo Gueiros Bernardes

Prerrogativas dos Bens Dominais — Insusceptibilidade de Posse Civil

Des. José Júlio Leal Fagundes

O Instituto de Aposentadoria na Atual Constituição

Prof. Carlos Dayrell

O Apoio Técnico e Administrativo ao Partido Parlamentar

Prof. Sully Alves de Souza

Redução de Custos Gráficos-editoriais

Prof. Roberto Atílio Amaral Vieira

Adoção

Ana Valderez Ayres Neves de Alencar

Incentivos Fiscais no Planejamento

Walter Faria

Contabilidade: Ensino e Profissão

João Bosco Altoé

— janeiro a março n.º 33 (1972) 10,00

SUMARIO**Homenagem**

Senador Milton Campos

COLABORAÇÃO**Fontes do Direito em Suas Modalidades Fundamentais**

Senador Franco Montoro

As sociedades por quotas de responsabilidade limitada, no Direito Português e no Direito Brasileiro

Prof. Otto Gil

Atribuições do Ministério Pùblico no Código de Processo Penal

Dr. Márcio Antônio Inacarato

Do Pagamento por Consignação nas Obrigações em Dinheiro
Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima**O Adicional Insalubridade-Periculosidade e o Decreto-lei 389**

Prof. Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena

Direito do Trabalho e o Direito Penitenciário

Dra. Carmem Pinheiro de Carvalho

Moral, Direito, Profissão

Prof. Antônio Augusto de Melo Cançado

PESQUISA**O Senado do Império e a Abolição**

Walter Faria

DOCUMENTAÇÃO**Consolidação das Leis do Trabalho**

Caio Torres

PUBLICAÇÕES**Obras editadas pela Diretoria de Informação Legislativa**

Preço da assinatura anual, que corresponde a quatro números, Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros). Os pedidos de assinaturas e de números avulsos devem ser endereçados ao Serviço Gráfico do Senado Federal — Caixa Postal 1.503 — Brasília — DF, acompanhados de cheque bancário, visado, nominal e pagável na praça de Brasília.

Remeteremos números avulsos pelo Serviço de Reembolso Postal, acrescido do valor das despesas de remessa, de acordo com a tarifa postal.

Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional n.º 1, de 17-10-69)

FORMATO DE BOLSO

PREÇOS:	EM BROCHURA Cr\$ 2,00 ENCADERNADA EM PLÁSTICO Cr\$ 3,50 ENCADERNADA EM PELECA Cr\$ 7,00
----------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos **ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do **CÓDIGO CIVIL**.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do consultante, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denomina-

mos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

I PARTE: a) Classificação, por artigo, do Código Civil — V; b) Legislação Complementar — CLXV; **II PARTE:** a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil — 1; b) Julgamentos — 27; **III PARTE:** a) Índice alfabético remissivo — 389; b) Índice numérico por espécie de processo — 458.

Preço do volume com 680 páginas em brochura Cr\$ 30,00
encadernado, impresso em papel bíblia Cr\$ 40,00

JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

"REFERÊNCIAS DA SÚMULA DO STF"

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os Acórdãos, Leis federais, estaduais, municipais, Decretos, Decretos-leis, Portarias, Resoluções e o Regimento Interno do STF, que servirão de base à Súmula.

CONTENDO AS 551 SÚMULAS OFICIAIS

No 10.º Volume o índice completo por matéria. — O 20.º Volume contém os enunciados das novas Súmulas n.ºs 473 a 551. — O 21.º Volume contém o Regimento Interno do STF (atualizado).

PREÇO: CR\$ 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO-SE AS 79 NOVAS SÚMULAS

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

ALTERAÇÕES À SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ÍNDICE GERAL: Apresentação — Composição do Tribunal — Processos da competência do STF (Portaria n.º 87) — Índice alfabético e remissivo — Súmulas alteradas (n.ºs 2 — 11 — 71 — 73 — 74 — 118 — 146 — 152 — 211 — 240 — 274 — 345 — 358 — 370 — 416 — 427 — e 435) — Aplicação das Súmulas n.ºs 473 a 551.

Volume com 324 páginas, organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins.

Preço Cr\$ 25,00

REGIMENTO INTERNO E TABELA DE CUSTAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM ÍNDICE E LEGISLAÇÃO CITADA

Volume com 104 páginas — Preço: Cr\$ 5,00

"MANUAL DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA MUNICIPAL"

Volume com 64 páginas — Preço Cr\$ 5,00

ÍNDICE

- I — Da Filiação Partidária
- II — Convocação da Convenção Municipal
- III — Registro das Chapas
- IV — Impugnação do Registro
- V — Instalação e Funcionamento da Convenção
- VI — Ata da Convenção
- VII — Dos Livros do Partido
- VIII — Dos Diretórios Municipais
- IX — Das Comissões Executivas
- X — Dos Delegados dos Diretórios
- XI — Do Registro dos Diretórios
- XII — Dos Municípios sem Diretórios
- XIII — Prazo de filiação para concorrer às eleições municipais de 1972
- XIV — Diretórios Distritais e órgãos de cooperação

ANEXOS:

- a) Modelo nº 1 — Edital de Convocação da Convenção Municipal
- Modelo nº 2 — Notificação de Convencional para comparecer à Convenção
- Modelo nº 3 — Requerimento de Registro de Chapas
- Modelo nº 4 — Autorização coletiva para Inscrição de candidato
- Modelo nº 5 — Ata da Convenção
- Modelo nº 6 — Termos de Abertura e Encerramento
- Modelo nº 7 — Edital de Convocação do Diretório Municipal
- Modelo nº 8 — Notificação aos membros do Diretório
- Modelo nº 9 — Requerimento ao Juiz Eleitoral indicando os Delegados
- b) RESOLUÇÃO nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

PUBLICAÇÃO DA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Volume com 326 páginas — Preço Cr\$ 20,00

ÍNDICE

- I — LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS
- Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71).
 - a) Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — "Institui o Código Eleitoral" (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 30-7-65).
 - b) alterações:
 - Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966 — "Altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)" (D.O. de 6-5-66) (alterações já consignadas);
 - Decreto-lei nº 441, de 29 de janeiro de 1969 — "Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966" (D.O. de 30-1-69; ret. D.O. de 4-2-69) (alterações já consignadas);
 - Decreto-lei nº 1.064, de 24 de outubro de 1969 — "Altera a redação do art. 302 do Código Eleitoral, e dá outras providências" (D.O. de 27-10-69).
- c) Quadro Comparativo:
 - Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71);
 - Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — "Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971
 - Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-9-71).
- d) Instruções para Organização, Funcionamento e Extinção dos Partidos Políticos — Resolução nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral (D.J. de 13-9-71).
- II — CÓDIGO ELEITORAL
- Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — "Institui o Código Eleitoral" (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 30-7-65).
- III — SUBLEGENDAS
- Lei nº 5.453, de 14 de julho de 1969 — "Institui o sistema de sublegenda, e dá outras providências" (D.O. de 18-6-68).
- IV — INELEGIBILIDADES
- Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970 — "Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências" (D.O. de 29-4-70).

ANAIS DO SENADO

Mês de fevereiro de 1965	— SESSÕES 1. ^a a 16. ^a — Preparatória
Mês de março de 1965	— SESSÕES 1. ^a a 20. ^a — Preparatória
Mês de abril de 1965	— SESSÕES 21. ^a a 38. ^a —
Mês de maio de 1965	— SESSÕES 39. ^a a 50. ^a — tomo I
Mês de maio de 1965	— SESSÕES 51. ^a a 62. ^a — Tomo II
Mês de julho de 1965	— SESSÕES 80. ^a a 106. ^a —
Mês de agosto de 1965	— SESSÕES 107. ^a a 117. ^a — tomo I
Mês de agosto de 1965	— SESSÕES 118. ^a a 130. ^a — tomo II
Mês de setembro de 1965	— SESSÕES 141. ^a a 142. ^a — tomo I
Mês de setembro de 1965	— SESSÕES 143. ^a a 145. ^a — tomo II
Mês de outubro de 1965	— SESSÕES 146. ^a a 155. ^a — tomo I
Mês de outubro de 1965	— SESSÕES 156. ^a a 166. ^a — tomo II
Mês de janeiro de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 12. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de fevereiro de 1968	— SESSÕES 13. ^a a 27. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de fevereiro de 1968	— SESSÕES 28. ^a a 34. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de março de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 15. ^a (1. ^a e 2. ^a Sessões Prepara-tórias — Vol. I)
Mês de março de 1968	— SESSÕES 16. ^a a 32. ^a — tomo II
Mês de abril de 1968	— SESSÕES 33. ^a a 42. ^a — tomo I
Mês de abril de 1968	— SESSÕES 43. ^a a 62. ^a — tomo II
Mês de maio de 1968	— SESSÕES 63. ^a a 78. ^a — tomo I
Mês de maio de 1968	— SESSÕES 79. ^a a 100. ^a — tomo II
Mês de junho de 1968	— SESSÕES 101. ^a a 114. ^a — tomo I
Mês de junho de 1968	— SESSÕES 115. ^a a 132. ^a — tomo II
Mês de julho de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 10. ^a (Convocação Extraord.)
Mês de julho de 1968	— SESSÕES 11. ^a a 24. ^a — tomo II
Mês de agosto de 1968	— SESSÕES 133. ^a a 150. ^a — tomo I
Mês de agosto de 1968	— SESSÕES 151. ^a a 171. ^a — tomo II
Mês de setembro de 1968	— SESSÕES 172. ^a a 188. ^a — tomo I
Mês de setembro de 1968	— SESSÕES 189. ^a a 209. ^a — tomo II
Mês de outubro de 1968	— SESSÕES 210. ^a a 231. ^a — tomo I
Mês de outubro de 1968	— SESSÕES 232. ^a a 262. ^a — tomo II
Mês de novembro de 1968	— SESSÕES 263. ^a a 275. ^a — tomo I
Mês de novembro de 1968	— SESSÕES 276. ^a a 298. ^a — tomo II
Mês de dezembro de 1968	— SESSÕES 1. ^a a 15. ^a — tomo I (Convocação Extraordinária)
Mês de outubro de 1969	— SESSÕES 1. ^a a 7. ^a — tomo I
Mês de novembro de 1969	— SESSÕES 8. ^a a 19. ^a — tomo I
Mês de novembro de 1969	— SESSÕES 20. ^a a 36. ^a — tomo II
Mês de abril de 1970	— SESSÕES 1. ^a a 12. ^a — tomo I
Mês de abril de 1970	— SESSÕES 13. ^a a 20. ^a — tomo II
Mês março/abril de 1971	— SESSÕES 1. ^a a 11. ^a — tomo I
Mês março/abril de 1971	— SESSÕES 12. ^a a 21. ^a — tomo II
Mês de maio de 1971	— SESSÕES 22. ^a a 32. ^a — tomo I
Mês de maio de 1971	— SESSÕES 33. ^a a 44. ^a — tomo II
Mês de julho de 1971	— SESSÕES 68. ^a a 81. ^a — tomo I
Mês de julho de 1971	— SESSÕES 82. ^a a 93. ^a — tomo II
Mês de agosto de 1971	— SESSÕES 94. ^a a 103. ^a — tomo I
Mês de agosto de 1971	— SESSÕES 104. ^a a 115. ^a — tomo II
Mês de setembro de 1971	— SESSÕES 116. ^a a 126. ^a — tomo I
Mês de setembro de 1971	— SESSÕES 127. ^a a 138. ^a — tomo II
Mês de outubro de 1971	— SESSÕES 139. ^a a 148. ^a — tomo I
Mês de outubro de 1971	— SESSÕES 149. ^a a 157. ^a — tomo II
Mês de abril de 1972	— SESSÕES 1. ^a a 12. ^a — tomo I

PREÇO DE CADA VOLUME: Cr\$ 10,00

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

HISTÓRICO DA LEI nº 4.740, de 15-7-1965

Tomos I e II, num total de 926 páginas. Publicação da Diretoria de Informação Legislativa do Senado Federal

PREÇO DOS DOIS TOMOS: Cr\$ 40,00

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

HISTÓRICO DAS LEIS n.os 5.682, de 21-7-1971
5.697, de 27-8-1971

Tomos I e II, num total de 892 páginas. Publicação da Diretoria de Informação Legislativa do Senado Federal

PREÇO DOS DOIS TOMOS: Cr\$ 40,00

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Regimento Interno — Regulamento Geral da Secretaria — Regimento Interno da Corregedoria Geral — Regimento de Custos e Emolumentos — Regulamento da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho.

Volume com 164 páginas — Preço Cr\$ 10,00

Centro Gráfico do Senado Federal

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20